

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL**

SANDRA LOPES ESTRELA BRITO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES:
CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS NUM CONTEXTO INTERNACIONAL**

FLORIANÓPOLIS

2000

Sandra Lopes Estrela Brito

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES:
CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS NUM CONTEXTO INTERNACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Políticas e Gestão Institucional.

Orientador: Nelson Colossi, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2000

657.31
A485d

Brito, Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela.
Avaliação Institucional de Universidades: Considerações e Resultados Num Contexto Internacional/
Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela Brito – Florianópolis, 2002.

Orientador: Nelson Colossi
Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Inclui Bibliografia

I. Avaliação. 2. Avaliação Institucional. 3. Universidades. 4. Ensino Superior. INelson Colossi II
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III
Título.

Sandra Lopes Estrela Brito

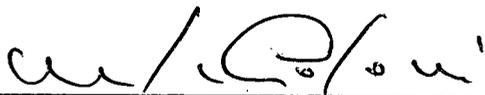
**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES:
CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS NUM CONTEXTO INTERNACIONAL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 4 de dezembro de 2000.

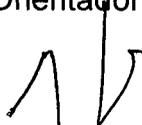


Prof. Dr. Nelson Colossi
Coordenador

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:



Prof. Dr. Nelson Colossi
Orientador



Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Souza Fonseca
Membro



Prof. Pedro Antônio de Melo
Membro

**Dedico este trabalho ao Carlos, meu marido, que com muito amor,
compreensão e persistência, me ajudou a realizar este sonho.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, a Deus - que não tem me faltado, e aos meus pais - a quem devo, mais que a vida, a lição de vida que desde muito cedo tem guiado meus passos.

Agradeço ao meu orientador Professor Nelson Colossi, que com toda sua sabedoria e inteligência, e paciência, soube me conduzir a realizar este trabalho.

E agradeço, com a emoção de quem sabe que pode muito pouco, a todos os que, de alguma forma, em algum momento, não permitiram que me faltassem forças para chegar até aqui.

Agradeço à Universidade Eduardo Mondlane por ter-me autorizado a realizar este sonho, à Universidade Federal de Santa Catarina em especial ao Programa de Pós-Graduação em Administração por me ter aceite e apoiado para que eu pudesse concluir o curso e este trabalho com sucesso, e contribuído para minha formação no âmbito do Convênio entre Moçambique e o Brasil, ao CNPq por ter-me concedido a bolsa de estudos, Agradeço também a todas as pessoas e entidades que contribuíram para que eu pudesse desenvolver e concluir este trabalho. E foram muitos os que, de alguma forma, direta ou indireta, deram essa contribuição. Nomeá-los a todos seria tarefa quase impossível, além de oferecer o risco de uma omissão absolutamente injusta e imperdoável.

Apesar disso, não posso furtar-me a registrar o meu agradecimento aos professores do programa de Pós-Graduação em Administração, a todos os funcionários da Coordenação do Programa e aos meus colegas de curso, com os quais pude estabelecer uma rica convivência pessoal e intelectual ao longo de todo esse tempo. A cada um deles, por diferentes razões, agradeço pela oportunidade de aprender um pouco mais a ver o mundo, a pensar soluções para pequenos e grandes problemas.

Um agradecimento especial à minha colega de curso Marli Dias com quem para além da amizade muito forte, pude estabelecer uma magnífica convivência pessoal e intelectual, desde a troca de idéias até decisões importantes para a conclusão deste trabalho.

Muitos foram os que me ouviram discorrer sobre esse trabalho, que leram parte dos textos, na medida em que eles foram sendo escritos e que contribuíram com suas críticas e sugestões para que eu pudesse seguir trabalhando. A todos estes colegas e amigos não expressamente citados, registro o meu mais profundo reconhecimento.

Agradeço ainda aos meus familiares, principalmente minha mãe, e meus filhos, que mesmo longe, lá em Moçambique, obrigados a conviver com as tensões, incertezas, angústias, momentos de frustração e de desânimo, sucedendo-se ao longo de meses e meses de estudo, e, por certo, afetando-os de algum modo. A eles dedico a minha alegria por chegar ao fim deste percurso.

A todos estes (e a todos aqueles que, por falha minha, não foram mencionados) o meu muito obrigado.

GÊNESE

O ser humano, enquanto existência, é esta realidade em tensão, que se questiona a si mesmo em tudo que faz e que aparece diante de si mesmo carregando a responsabilidade de seu ser sempre por vir. No fundo é a própria vontade: esta tensão criadora e autônoma, responsável diante de si por seu próprio advento, mas também, de certo modo, pelo advento universal.

Jean Ladrière - 1977, adaptado por Augusto Pérez Lindo.

RESUMO

BRITO, Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela. **Avaliação Institucional de Universidades**: considerações e resultados num contexto internacional. 2000. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Orientador: Nelson Colossi
Defesa: 04/12/00

Este trabalho foi elaborado com o objetivo analisar os programas de avaliação das Instituições de Ensino Superior implantados na Argentina, nos EUA, no Brasil e no Reino Unido, onde a Avaliação Institucional já é tradição, e pelo papel que este assunto ocupa nas instituições de ensino superior desses países. Para complementar a idéia inicial do estudo sobre a consciência de avaliação do Ensino Superior o estudo apresentará as experiências da Holanda, e de Moçambique. As Instituições escolhidas para o estudo foram a Universidade Nacional do Nordeste da Argentina, a George Washington University nos EUA, a Agencia de Avaliação da Qualidade do Reino Unido, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Brasil. Este estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, privilegiando a abordagem qualitativa, realizada sob a forma de multi-caso, tendo como alvo de pesquisa as experiências nos processos de avaliação institucional pelas Instituições acima referenciadas. Foram utilizados dados primários e secundários sendo que os dados primários foram coletados por meio de questionário semiestruturado aplicado aos sujeitos do estudo, e os secundários obtidos por meio da literatura presente nas bibliotecas de universidades e instituições de educação superior, bem como de algumas organizações internacionais. Os resultados mostram que os objetivos da avaliação institucional variam de país para país dentro do contexto interno e externo de cada instituição, e que embora haja consciência da necessidade de avaliar, ainda se fazem sentir momentos de resistência. A avaliação interna e a externa são os dois momentos que caracterizam o processo avaliativo, bem como a avaliação por pares.

Palavras-chave: Avaliação, Avaliação Institucional, Ensino Superior, Universidade.

ABSTRACT

BRITO, Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela. **Avaliação Institucional de Universidades**: considerações e resultados num contexto internacional. 2000. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Orientador: Nelson Colossi

Defesa: 04/12/00

This project was developed with the aim to analyze the Higher Education Institutions program evaluation established in Argentina, in the USA, in Brasil and in the United Kingdom where the institutional evaluation already is a tradition, and for the important role that this issue has on the Higher Education Institutions from those countries. To complement the initial idea of the study about the awareness of the Higher Education Evaluation programs, it will also present some experiences in the Netherlands and in Mozambique. The following institutions were choose: the Universidade Nacional do Nordeste of Argentina, The George Washington University in the USA, The Quality Assurance Agency for Higher education in the United Kingdom, and the Universidade Federal do Rio Grande do Sul in Brasil. This a descriptive study with a qualitative approach in the form of multi case, searching the experience on the institutional evaluation processes by the institutions referred above. There were used primary and secondary data, where the primary data were collected using questionnaire applied to the subjects of the study, and the secondary by using the present literature in the university libraries and in the higher education institutions, as well as, in some information of the international organizations. The research results show that the aim of the institutional evaluation are many from country to country within each institution internal and external context, and although everyone is conscious about the need of evaluate, there are still some resistance to the process. The external and intern evaluation plays an important role within the evaluating process, as well as, the peer evaluation.

Key Words: Evaluation, Institutional Evaluation, Higher education, University.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos do Estudo	14
1.2 Justificativa e Limitações do Estudo	15
1.3 Metodologia	17
1.3.1 Tipo e Sujeitos da Pesquisa	18
1.3.2 Coleta e Análise de Dados	19
1.4 Organização do Estudo	20
II ASPECTOS CONCEITUAIS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	21
2.1 Conceituando a Avaliação	21
2.2 Contextualizando a Avaliação Institucional	23
2.3 A Relevância da Avaliação Institucional	27
2.4 As Etapas da Avaliação Institucional	32
III - TIPOS E MODELOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	35
3.1 Tipos de Avaliação Institucional	35
3.2 Modelos de Avaliação Institucional	39
IV EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	46
4.1 A Avaliação do Ensino Superior da Holanda	46
4.2 A Avaliação do Ensino Superior em Moçambique	48
4.3 A Avaliação do Ensino Superior na Argentina	49
4.4 A Avaliação do Ensino Superior dos Estados Unidos da América	52
4.5 A Avaliação do Ensino Superior do Reino Unido	56
4.6 A Avaliação do Ensino Superior no Brasil	59
V RESULTADOS E SIMILARIDADES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	63
5.1 A Universidade Nacional Del Nordeste	63
5.2. A George Washington University	68
5.3 A avaliação Institucional no Reino Unido: A Agência de Garantia da Qualidade	72
5.4 A avaliação Institucional no Brasil: experiências da UFRG	74
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	79
VII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

I INTRODUÇÃO

O século XX é marcado, em seu início pela Revolução Industrial e, em seu final pelo desenvolvimento das tecnologias de informação. Hoje, diante do novo século, a marca é o conhecimento, onde a Educação Geral e a Especializada assumem maior relevância para o desenvolvimento efetivo do ser humano. O conhecimento permite o uso mais eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, buscando solucionar os problemas globais enfrentados pelo homem. O discurso de líderes políticos, de dirigentes educacionais, bem como debates na Organização das Nações Unidas - ONU, mostram o desafio à sociedade para a criação e desenvolvimento de novos padrões de conhecimento e aperfeiçoamento do capital humano. Entende-se que, para o Homem, o conhecimento obtido por meio da educação é, cada vez mais essencial para, a partir daí, se abrirem portas e oportunidades para uma melhor qualidade de vida.

A fim de se manter globalmente competitivo e, ao mesmo tempo dando espaço a instituições democráticas, bem como reforçando os laços de ligação entre as nações, sem perder de vistas as diferenças, o mundo precisa oferecer oportunidades reais de vida à sociedade. Por essa razão, é cada vez mais urgente aprimorar a estrutura de educação herdada da era industrial e adaptá-la ao novo contexto sócio - econômico - cultural, melhorando cada vez mais as condições de vida humana individual e associada. Chama-se, assim, a atenção para o papel da educação e sua prioridade para o desenvolvimento do capital humano.

Segundo Juan Carlos Tedesco, o papel da educação na preparação para a cidadania passa atualmente por uma profunda revisão que afeta duas áreas distintas: o conteúdo e o método. O autor define conteúdo como as habilidades desenvolvidas durante a preparação para a cidadania, e entende os métodos como as estratégias educacionais e de ensino para alcançar esse desenvolvimento. Ele afirma que os dois aspectos estão intimamente relacionados, pois hoje o conteúdo educacional tende a ser definido como habilidades e aptidões e não mais como informação ou conhecimento a ser adquirido. (TEDESCO, 1999)

Neste contexto, não há mais dúvidas: as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam reajustar-se à nova realidade seus programas, bem como definir estratégias para melhor responderem às novas exigências sócio econômico, científico e cultural. Assim, um dos processos que leva a esses reajustes é a

avaliação institucional. Um tema que se tem apresentado como um desafio, pois por meio desse processo é possível desenvolver estratégias para verificar o grau de atendimento das necessidades da sociedade com qualidade e eficiência que os novos tempos exigem. A avaliação Institucional é hoje um tema em permanente discussão no mundo inteiro, revelando-se como uma das questões mais importantes para a análise da melhoria da qualidade do Ensino Superior oferecido à sociedade. Dirigentes do ensino superior, e as Instituições internacionais, como por exemplo a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e a Cultura, realizando encontros e debates permitindo o intercâmbio de idéias sobre o futuro da educação superior, sua adaptação aos desafios do século XXI e formas de avaliar o progresso alcançado.

A necessidade de avaliar, tendo por objetivo a busca da qualidade e a reorientação dos esforços na realidade, trata-se do ressurgimento das idéias economicistas da educação, apesar desta ter entrado em crise na década de setenta quando numerosas pesquisas corroboraram sobre a independência relativo que existe entre os sistemas de educação e econômico (Mollis 1999).

Augusto Perez Lindo, em sua obra "Teoría Y Evaluación De La Educación Superior", defende que a avaliação da qualidade da educação se tornou um tema dominante ao longo das últimas décadas em que se verificou uma grande expansão dos sistemas de educação. Para este autor, o significado de se tentar a organização de programas de avaliação da qualidade de educação pode ser entendido a partir de dois contextos distintos: a escassez de recursos que força a racionalização dos gastos com a educação, e o desajuste dos sistemas de educação em relação às mudanças das sociedades. Como conseqüência pode-se pensar que a avaliação caminha em duas direções distintas: o controle de gastos e a adaptação da educação ao mundo novo (LINDO, 1993)..

De acordo com alguns estudiosos a avaliação se converteu durante a última década no novo meta-discurso e no campo de batalha do ensino superior; ela é objeto de debates e lutas na maioria dos países, reconhecendo-se atualmente mais de setenta organismos que vêm realizando o controle da qualidade de seus sistemas nacionais de educação superior.

A Avaliação Institucional, tem como objetivo diagnosticar a situação das Instituições de Ensino Superior, identificando os seus pontos fortes e fracos existentes dentro e no ambiente das instituições. Para tanto foram criados vários

programas de avaliação, com diferentes concepções e procedimentos, de acordo com a realidade de cada país. Em qualquer caso a grande preocupação, no contexto do ensino superior no mundo no momento, é a tentativa de se desenhar e adotar uma metodologia de avaliação que seja adequada a situações e que tenha aceitação de todos os atores sociais envolvidos. Assim, existe uma necessidade de se conhecer o que desenvolvem outros países, procurando os fatos que apontam para as experiências positivas de avaliação institucional, onde a tomada de decisão em relação à melhoria da qualidade de ensino é, em parte, resultado dos processos de avaliação.

Foi pensando e refletindo nestes assuntos que o presente trabalho foi elaborado buscando enfocar principalmente os programas de avaliação institucional adotados em instituições de ensino superior, mais precisamente em universidades, olhando para um contexto internacional. Assim sendo, dentro desta perspectiva, este estudo tem como principal preocupação responder à seguinte questão:

“Como se caracterizam as experiências de avaliação institucional do ensino superior na Argentina, nos Estados Unidos e no Reino Unido e no Brasil?”.

1.1 Objetivos do Estudo

As discussões e debates sobre a importância da Avaliação Institucional para as IES, considerando a grande preocupação com a qualidade do ensino levam ao interesse em saber como são organizados os processos de avaliação noutras realidades, e que experiências podem ser adotadas como atividade permanente e sistemática das instituições de ensino superior.

À luz dessas indagações, este estudo tem como objetivo geral analisar as experiências de Avaliação Institucional do ensino superior na Argentina, nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e no Brasil, fazendo algumas considerações sobre a avaliação institucional na Holanda e em Moçambique, locais de referência da autora.

Mais especificamente espera-se:

a) Descrever as características dos processos de Avaliação Institucional nos países estudados;

- b) Verificar o impacto do processo de avaliação institucional considerando as principais funções da universidade, nas IES desses países;
- c) Identificar as mudanças advindas do processo de Avaliação Institucional, nas IES desses países;
- d) Apresentar os resultados do processo de avaliação nos países pesquisados e sua contribuição na melhoria da qualidade do ensino superior.

1.2 Justificativa e Limitações do Estudo

Os fenômenos da globalização e polarização econômica desenvolvidos nas duas últimas décadas estimularam a criação de diversos processos de integração econômica que se vêm concretizando na escala regional e sub-regional. Neste âmbito destacam-se o Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL), a União Européia (UE), o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC), a Conferência dos Países da África Austral (SADC), e a Organização da União Africana (OUA). Segundo Luis Yarzabal, em seu trabalho sobre "La integración de América del Norte y la educación superior", embora tenham sido concebidas para facilitar a livre circulação e o intercâmbio de bens e serviços com um enfoque predominantemente comercial, as forças de sua união resultou num crescimento notável da mobilidade de pessoas, especialmente especialistas qualificados, técnicos e profissionais. Segundo o autor simultaneamente se intensificou também o movimento de acadêmicos cientistas e estudantes, o que resultou num interesse pela validação, reconhecimento de estudos, diplomas e títulos (YARZÁBAL, 1996).

Nesse contexto destaca-se a importância de se conhecer como é realizado o processo de avaliação, principalmente nos países onde a avaliação já possui uma história, e tendo em conta que o ensino superior de cada país possui suas próprias características e objetivos de acordo com sua realidade. Cada IES serve uma determinada sociedade com sua cultura específica. Logicamente que todos os procedimentos de avaliação estão relacionados a essas especificidades, apresentando diferenças, embora tenham um objetivo comum, que é melhorar cada vez mais os padrões de ensino e aprendizagem, utilizando eficaz e eficientemente os recursos disponíveis para o funcionamento das IES.

A proposta deste estudo é analisar os programas de avaliação das IES implantados na Argentina, nos EUA, no Brasil e no Reino Unido, onde a Avaliação

Institucional já é tradição, e pelo papel que este assunto ocupa nas instituições de ensino superior desses países. Para complementar a idéia inicial do estudo sobre a consciência de avaliação do Ensino Superior o estudo apresentará as experiências da Holanda, e de Moçambique. A Holanda é um dos países europeus que implantou seu programa de Avaliação Institucional em um nível nacional, envolvendo todas as IES por meio da Associação das Universidades holandesas. É uma experiência relevante no que concerne ao estímulo sobre motivação para avaliar, garantindo a qualidade do ensino superior, alcançar altos padrões, e adquirir a sonhada autonomia universitária. Referente a Moçambique local de origem da autora, torna-se importante fazer referência às iniciativas informais sobre avaliação institucional, apesar de não existir ainda um programa formal de avaliação.

Embora tenha em sua essência uma missão, finalidades e características comuns, as IES de todo mundo têm na realidade cada uma sua identidade condicionada pelo contexto histórico-cultural, vocação e estrutura. Estes aspectos fazem com que elas sejam diferentes entre si, o que requer o estabelecimento de metodologias diferenciadas. Por esta razão procura-se neste estudo, conhecer através dos processos de avaliação institucional, o esforço realizado pelas comunidades envolvidas no ensino superior respondendo à demanda atual e enfrentando os desafios do século XXI.

Considera-se a Avaliação Institucional como uma possibilidade de diagnosticar a qualidade das principais funções das universidades: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Este assunto está também agendado nos fóruns do continente africano, origem da autora desta dissertação, que se preocupa em contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior oferecido no seu país - Moçambique - e em consequência melhoria da qualidade do ensino em sua instituição.

Acredita-se também que a presente pesquisa possa contribuir e reforçar junto às comunidades do ensino superior a importância da avaliação institucional, considerando o papel de destaque que o assunto ocupa no mundo.

Resumindo, esta pesquisa é importante não só por abordar um tema polêmico entre os estudiosos e pesquisadores da administração universitária nos últimos tempos, como também pelo fato de através dela existir a possibilidade de servir como um subsídio na prática de uma atividade relevante para o sucesso das IES contemporâneas.

Tratando-se de avaliação no contexto internacional, houve preocupação em buscar autores estrangeiros por meio da Internet, e por contatos estabelecidos com especialistas da área residentes em países da Europa, especificamente no Reino Unido, na Holanda e na França. Nos EUA, e ainda de alguns países da América Latina, A Argentina e o Brasil em especial, e da África foram igualmente consultados alguns especialistas e instituições. Ainda neste âmbito houve uma consulta profunda aos documentos produzidos sobre o assunto pela UNESCO, de forma a tornar a pesquisa mais rica.

De acordo com os objetivos da pesquisa, os questionários foram enviados por correio eletrônico e por correio, pois todos os respondentes são residentes fora do Brasil. Esta situação foi mais uma limitação, devido a problemas de comunicação não foi possível estabelecer-se um contato mais direto, o que criou dificuldades na questão do tempo. Adicionado a esta questão de distância entre a pesquisadora, os respondentes e os locais do estudo, escassas condições financeiras contribuíram para limitar o aprofundamento deste trabalho. Contudo, espera-se mesmo assim com esta pesquisa demonstrar a importância do tema e contribuir para enriquecer as bibliotecas da UFSC, no sentido de proporcionar aos próximos trabalhos sobre o tema melhores condições de estudo.

1.3 Metodologia

Este item está contemplado com as formas e procedimentos referentes à metodologia utilizada para a realização deste estudo, caracterizado pelo enfoque qualitativo de análise, para responder as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Como é realizada a avaliação institucional nas IES dos países estudados?
2. De que forma a avaliação institucional pode interferir no funcionamento geral das IES?
3. Como a avaliação institucional interfere nos processos de tomada de decisão das IES?
4. Que mudanças ocorreram nas atividades realizadas pelas universidades após o processo de avaliação institucional?
5. Quais os resultados positivos e negativos decorrentes da avaliação institucional?

1.3.1 Tipo e Sujeitos da Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, privilegiando a abordagem qualitativa, realizada sob a forma de multi-caso, tendo como alvo de pesquisa as experiências nos processos de avaliação institucional pelas seguintes Universidades: Universidade Nacional do Nordeste da Argentina, a George Washington University nos Estados Unidos da América (USA), a Agência de avaliação da Qualidade do Reino Unido, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Brasil.

Exploratório porque apesar da avaliação institucional ser um tema bastante discutido, e por essa razão alvo de pesquisas em diversas áreas de investigação, não se esgota a possibilidade de aumentar o conhecimento sobre as experiências em nível do mundo, bem como os diferentes métodos e objetivos dos sistemas em exercício. De acordo com Trivinões (1987), "os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema".

Descritivo porque visa descrever percepções, expectativas e sugestões dos diferentes atores da avaliação institucional presentes nas instituições de ensino superior que foram estudadas. Segundo Vergara (1998) a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno.

Considerando que a avaliação institucional de IES, é uma forma de se conhecer o nível da qualidade de desempenho de suas funções (ensino, pesquisa e extensão), bem como seu desenvolvimento, optou-se por uma abordagem qualitativa, para a realização desta pesquisa. Segundo Richardson (1985), é uma forma que permite entender a natureza de um fenômeno social, tendo como objeto análises de situações complexas que possibilitam se conhecer em maior profundidade a realidade através dos sujeitos envolvidos no processo.

Este estudo enfoca três instituições de Ensino Superior, respectivamente da Argentina, dos EUA, do Brasil e uma Agência de Avaliação da Qualidade do Reino Unido. A escolha destes países para a pesquisadora prende-se ao fato dos mesmos apresentarem experiências avaliativas consideráveis de análise para o estudo. As instituições estudadas, foram: a "Universidad Nacional del Nordeste" da Argentina a "George Washington University" dos EUA, A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Agência de Garantia de Qualidade do Reino Unido.

Constituíram pessoas deste estudo, ou seja os responsáveis pelas informações, um professor, um dirigente e um executivo, membros das instituições onde o estudo foi realizado. No caso da Universidade Nacional do Nordeste a informação colhida foi dada por um professor que além de ocupar um cargo importante na Instituição, teve uma participação ativa no processo de avaliação desta universidade, bem como têm participado em processos de avaliação institucional noutros países escrito vários artigos sobre o tema. No caso da George Washington University, o sujeito do estudo foi um membro do corpo acadêmico, que participa dos programas de avaliação e publica artigos e livros sobre o tema. No caso do Brasil um professor participante do processo de Avaliação Institucional. Finalmente no caso do Reino Unido, o sujeito do estudo foi um executivo da Agência de Avaliação da Qualidade responsável pelo processo avaliativo realizado nas universidades daquele país.

1.3.2 Coleta e Análise de Dados

Neste estudo foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados por meio de questionário semiestruturado aplicado aos sujeitos do estudo, complementados por entrevistas parciais ou contatos telefônicos, bem como correspondência paralela.

Os dados secundários foram obtidos por meio da literatura presente nas bibliotecas de universidades e instituições de educação superior, e também de algumas organizações internacionais: Escritórios da UNESCO em Brasília, a Associação Internacional de Avaliação da Educação, a Agência de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior do Reino Unido, a Associação das Universidades Holandesas a VSNU, a CONEAU da Argentina, documentos sobre a avaliação Institucional no Brasil disponíveis por meio de Revistas sobre Avaliação, os programas de Avaliação Institucional realizados em algumas universidades brasileiras, entre outras.

É importante destacar que o uso intensivo da internet e de telefone, por meio do contato com entidades residentes fora do Brasil possibilitou à autora a aquisição de grande parte da literatura o que tornou possível à realização deste estudo.

A pesquisa científica necessita de um tratamento adequado dos dados coletados. Para Trivinõs (1987), é necessário organizar, classificar, e interpretar as

informações dentro de um fenômeno mais amplo para distinguir o supérfluo do essencial e buscar explicações para o significado dos pontos de vista. Os dados deste estudo pesquisa foram coletados sob a forma de questionário semi-estruturado, enviado aos respondentes pertencentes as três instituições escolhidas. Contou-se também com o apoio da Internet, como complemento às informações colhidas.

1.4 Organização do Estudo

Este estudo está organizado em 7 capítulos distribuídos da seguinte forma:

A introdução que apresenta a importância da Educação Superior no contexto atual, a justificativa do estudo, os objetivos e o método utilizado no estudo.

O segundo capítulo refere-se aos aspectos conceituais da avaliação institucional, destacando a relevância da avaliação institucional no âmbito da educação superior, bem como sua contextualização no âmbito do ensino superior.

No capítulo três apresenta-se, os vários tipos e modelos de avaliação institucional considerando de acordo com os objetivos propostos para a realização da avaliação nas IES.

O quarto capítulo traz as experiências de avaliação institucional na Argentina, nos EUA, no Reino Unido e do Brasil, fazendo referência ao sistema de educação superior nesses países, e ainda as experiências da Holanda e de Moçambique.

No quinto capítulo destaca-se os resultados da pesquisa, originada das respostas ao questionário, sob a visão dos responsáveis e participantes do processo de avaliação institucional realizado em suas instituições, bem como as características das quatro instituições locais do estudo.

Partindo dos resultados obtidos através dos dados do estudo, e subsidiado pela literatura procedeu-se às considerações finais presentes no capítulo sexto, bem como as conclusões resgatadas para o entendimento do papel da avaliação institucional do ensino superior no contexto atual da sociedade.

Finalizando, no sétimo capítulo estão presentes as referências bibliográficas que deram o embasamento teórico ao estudo.

II ASPECTOS CONCEITUAIS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional está incluída num processo de reflexão do cotidiano referente às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), tornando-se assim num instrumento que possibilita melhorar e orientar as ações dos atores envolvidos com a educação superior e da sociedade em geral.

Apresenta-se neste capítulo uma revisão sistematizada sobre aspectos julgados relevantes na discussão sobre a avaliação institucional, considerando os conceitos de avaliação usados a nível internacional, bem como tipos de avaliação presentes nas organizações, metodologias de avaliação, bem como experiências vivenciadas em IES de alguns países, na implementação dos programas avaliativos.

Neste contexto serão apresentadas algumas características dos sistemas de educação superior, experiências e modelos de avaliação institucional adotados e desenvolvidos pelas IES desta pesquisa, considerando as diferentes realidades em que cada uma se insere, bem como os aspectos culturais, e sociais, envolvidos no processo, relacionando com as questões que vão emergindo na contemporaneidade.

2.1 Conceituando a Avaliação

Pensando sobre avaliação, pode-se fazer uma breve comparação com uma situação real da vida, pois pessoas estão sempre avaliando, no momento em que compramos roupas, ou um carro, ou uma casa... selecionamos uma fita de música ou um CD, ou assinamos um jornal... Todas estas decisões exigem um julgamento baseado em dados.

Walberg e Haertel (1990) definem avaliação como um exame cuidadoso e rigoroso de um *currículo* educacional, programa, instituição, variável organizacional, ou uma política. O objetivo mais importante deste exame é conhecer a entidade estudada. O enfoque está no entendimento e no aperfeiçoamento do que se está avaliando (avaliação formativa), em sumarizar, descrever, ou julgar seus resultados planejados ou os não planejados. A avaliação pertence ao estudo de programas, práticas, ou materiais que acontecem ou que estão em curso.

Demo (1991), considera que avaliar é refletir, planejar e definir objetivos, isto é, os resultados da avaliação devem corresponder aos objetivos previamente estabelecidos.

Segundo Vessuri (1993), a palavra “avaliação” percorreu um longo caminho desde sua origem na atividade de seguros no século XVIII. Para a autora a utilização dessa palavra foi acontecendo de forma crescente no mundo contemporâneo em questões relacionadas com a apreciação dos governos sobre a qualidade e benefícios da pesquisa científica e tecnológica, incluindo, a atividade docente, no ensino superior.

Lindo (1993), cita que de acordo com o Dicionário da Academia Real Espanhola, “avaliar” significa assinalar o valor de uma coisa, ou estimar, apreciar, calcular o valor de uma coisa.

Wilde e, Sockey (1995) defendem que a avaliação é o processo de agregar e sintetizar sistematicamente vários tipos e formas de dados com o propósito de mostrar o valor de um programa específico.

Sousa (1993), afirma que avaliar significa comparar, contrastar uma situação real com algum paradigma, ideal utópico, ou também real, mas que se verifica em um outro contexto. A avaliação serve para buscar a identificação dos fatores que determinam as diferenças ou o afastamento da situação real em relação ao paradigma adotado. Portanto para o autor, não existe avaliação sem comparação com algum paradigma. Ele argumenta dizendo que quando se avaliam estudantes, se compara seu desempenho entre si ou com o de outros estudantes que mostrarem maior desempenho, ou uma escala considerada a ideal. O mesmo acontece quando se avalia professores ou instituições. É necessário ter-se sempre um padrão de referência, o paradigma em relação ao qual o sujeito da avaliação será comparado.

Apesar das várias definições apresentadas, pode-se constatar que apesar de refletirem suas perspectivas e concepções, nenhuma é tão abrangente, a ponto de incluir todos os aspectos relacionados com a avaliação, de forma geral, e em especial, um marco de comparação que possa julgar o objeto a ser avaliado.

A partir de todos estes conceitos pode-se constatar a importância da avaliação como um processo que tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do objeto avaliado. Tendo em conta que se trata de um processo que não é um fim em si mesmo e sim um instrumento de apoio que permite o aperfeiçoamento e desenvolvimento de ações. Requer um marco de comparação

entre o real e o desejado, que deverá ser conduzido por meio de critérios pré-estabelecidos.

Cuvillier citando Amorim (1992), afirma que a palavra critério é um vocábulo de origem grega *Kritêrion*, que é um "sinal que permite distinguir com segurança uma coisa dentre outras (por exemplo): o critério da verdade".

Desta forma pode-se concluir que critérios sempre estarão presentes em qualquer concepção do processo de avaliação representando os juízos de valor, normalmente decorrentes do processo avaliativo.

2.2 Contextualizando a Avaliação Institucional

A avaliação institucional é considerada um instrumento de fundamental importância como indicador do nível de qualidade, bem como no processo de tomada de decisão.

A avaliação começou a ter importância como instrumento de gestão nas organizações sociais principalmente com a publicação da obra de Frederic Taylor, em 1911, sobre os *Princípios de Administração Científica*. Nessa obra se faz uma crítica aos administradores por tomarem suas decisões baseados em intuições e experiências sem utilizarem padrões de desempenho.

Partindo desse estudo, criaram-se algumas técnicas que visavam aumentar os padrões de eficiência das organizações industriais. Simon (1979), defende a idéia de que as teorias de Taylor serviram para descobrir a aplicação de métodos que fossem eficazes na organização do trabalho.

De acordo com Likert (1979), foram utilizados a partir de 1947, diversos critérios para avaliar a eficiência administrativa: produtividade por homem/hora; satisfação no serviço por parte dos membros da organização, giro de pessoal, ausências e medidas semelhantes; custos, desperdícios e motivação do empregado e administrador.

Uma outra forma de avaliação usada pelas organizações empresariais é a análise do desempenho dos recursos humanos que constitui uma área específica de estudos administrativos originado com as experiências de Elton Mayo e Chester Barnard nos anos 30, utilizando a influência da iluminação na produtividade do trabalho desenvolvido do homem.

Konnts & O'Donnel (1981, p.331), afirmam que "para uma organização alcançar as metas com eficácia e eficiência necessita descobrir e aplicar formas de medir com precisão o desempenho administrativo". Apesar desta visão da administração, medir o desempenho administrativo é uma maneira de avaliar por meio de controle.

Etzioni (1982), alega que os objetivos funcionam como unidade de medida na verificação e comparação da produtividade da empresa, de seus órgãos ou de seus participantes, ou seja, os objetivos servem para estabelecer uma série de estratégias, planos ou procedimentos, que visam proporcionar resultados desejados. Quando comparados com os objetivos propostos, os resultados permitem estabelecer medidas de eficácia.

No entendimento de Drucker (1984), a eficácia é a chave do sucesso, e a eficiência é o mínimo para a sobrevivência do sucesso alcançado. O autor afirma que a eficácia almeja o ótimo e por essa razão, esta deve constituir a principal tarefa do administrador que deve conferi-la para em seguida levar a empresa a sua realização máxima.

A partir dos princípios de Administração Científica de Taylor (1911), e passando pela Burocracia de Weber (1974), fica-se com a idéia de que os estudos relacionados com a administração empresarial trazem contribuições principalmente dedicadas à eficiência das organizações. Etzioni citando Champion (1985), afirma que a eficiência é entendida como utilização de recursos para alcançar um fim ou objetivo determinado, e a eficácia como a capacidade de uma organização alcançar suas metas.

Segundo Scott & Edwards citados por Bergamini (1986, p. 20), argumentando sobre o papel das pessoas na organização, defendem a idéia de que a avaliação tem por objetivo "auxiliar uma organização e, individualmente os gerentes dentro dela, a identificarem níveis de desempenho das pessoas, bem como as áreas que necessitam de desenvolvimento".

O mesmo autor afirma que a avaliação de desempenho não é uma técnica para modificar o comportamento, e sim um instrumento usado para caracterizar as condições que, em certo momento, possam estar dificultando ou até impedindo o aproveitamento completo e adequado dos recursos humanos.

A avaliação do desempenho na administração empresarial tem seu enfoque virado para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos. Assim, de acordo com Levy

(1992, p.17), "a avaliação está relacionada à comprovação do cumprimento dos objetivos, reconhecimento daquele que cumpriu o esperado, a correção daquilo que não foi alcançado e ao treinamento ou *coaching* necessário daquele que ficou para trás".

No contexto atual, nota-se uma mudança no comportamento da literatura e dos estudiosos da administração, no sentido de que suas idéias são mais enfocadas para questões relacionadas com os recursos humanos, e o desempenho das organizações. Enquanto que antes a avaliação tinha funções estritamente de controle, ganha na atualidade outras abordagens como por exemplo a Administração da Qualidade Total (TQM).

Sobre o desempenho das organizações prestadoras de serviços, Drucker (1984), chama a atenção para as diferenças estruturais entre si que estas organizações apresentam, o que torna necessário que estabeleçam uma certa disciplina partindo dos seguintes pressupostos:

- especificar a área de sua atuação;
- especificar sua missão e função, estabelecendo objetivos e metas de uma maneira clara;
- estabelecer prioridades e padrões de realização e desempenho, definindo os resultados mínimos e a pessoa por eles responsável;

No contexto educacional, especificamente na educação superior, a questão relacionada com a avaliação surgiu nos anos 60 em quase todos os países ocidentais num momento em que reformas nos sistemas e instituições de ensino superior foram instituídas, Stark (1998). Segundo o autor as reformas foram como que uma resposta às reclamações e insatisfações demonstrada desde estudantes, professores e da sociedade em geral, que questionavam principalmente o papel das universidades bem como sua posição frente aos desafios da sociedade pós-Sputnik.

Nos Estados Unidos por exemplo às demonstrações de insatisfação iniciaram em 1963 na Califórnia, atingindo seu ponto máximo com a primavera de Paris e a revolta dos estudantes franceses em 1968 (Sousa, 1998).

De uma forma geral pode-se concluir que a avaliação do ensino superior está relacionada à mudança de contexto organizacional, social, cultural, que a sociedade vem enfrentando, pois se faz sentir sempre a necessidade de ajustar os processos de ensino a realidade.

Um outro aspecto relacionado à avaliação do ensino superior é a opinião pública sobre a estrutura da educação superior, o equilíbrio entre os diferentes programas de ensino e as diferentes formas de instrução (Dockrell, 1990).

O autor refere-se ainda a artigos publicados na imprensa sobre a natureza das instituições de ensino superior e seus objetivos como contribuição válida ao debate sobre o futuro. Ele afirma que a opinião pública, ou seja, os contribuintes, constituem um veículo para a realização da avaliação. Neste âmbito, no seu entendimento existe uma crescente demanda em várias sociedades sobre o valor dado aos recursos financeiros. Muitas atividades e organizações, incluindo o amplo enfoque das IES, que no passado eram financiadas, em sua maioria por fundos públicos sem questionamentos, são atualmente alvos de profundos estudos.

A preocupação com a educação superior surge a partir de várias causas:

Na visão de Dockerell (1990), a primeira e a mais óbvia é o seu crescimento na maioria dos países impondo fortes gastos nos fundos públicos. Conseqüentemente, questões são colocadas, até mesmo em casos de países ricos como os Estados Unidos da América, referente aos custos dessa crescente demanda e como planejar os investimentos na educação superior de forma eficiente.

Uma outra razão é o resultado do número crescente de ingressos. O acesso à educação superior que privilegiava uma minoria social, hoje abrange quase que todas as famílias, sem restrições, independentemente de sua classe social. Como resultado, existe um interesse público maior sobre o valor da educação superior para a sociedade, particularmente no que concerne aos estudos não profissionalizantes.

Partindo destas colocações é possível concluir-se que o debate público sobre a importância e o valor da educação superior está presente nos fóruns do mundo inteiro sem exceção.

Nas sociedades de grande poder econômico, não se questiona o fato de se aumentarem o número de estabelecimentos de ensino superior, mas sim os custos que isso implica, bem como os padrões desses estabelecimentos. Portanto, a questão tem mais a ver com a qualidade e com o planejamento, de forma a que fundos sejam usados de uma forma eficiente.

Neste sentido esses questionamentos não podem simplesmente ser ignorados, o que resulta inevitavelmente na imposição de que programas de avaliação institucional sejam implantados nas IES, como forma de se manter o

equilíbrio entre a qualidade e os custos de seus programas, beneficiando a sociedade.

Assim, pode-se dizer que de uma forma geral o processo avaliativo presente nas IES, contribui para verificar até que ponto foi possível alcançar os objetivos pré-estabelecidos, principalmente referentes à qualidade do ensino por estas oferecido, ao desempenho dos alunos e professores, com efeitos positivos nos programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Esta contribuição pode ainda ter reflexos positivos em relação ao mundo externo das IES, aumentando a credibilidade em relação à sociedade e elevando o nível de aceitação internacional, considerando o contexto do mundo contemporâneo.

2.3 A relevância da Avaliação Institucional

A palavra latina “universitas” que pode ser definida como o conjunto integral e completo de seres particulares que constituem uma coletividade determinada, representa, na verdade, um conjunto de professores e alunos, os quais formam uma corporação escolástica (Tubino1997).

Para se compreender o papel da Universidade é interessante conhecer um pouco de sua história. As primeiras ações que podem ser caracterizadas como ensino superior são as chamadas Universidades Gregas. Também existe o relato sobre este tema na obra de Platão, Livro VII A República, no qual ele propõe um programa de formação intelectual. No entanto, os primeiros ensaios do ensino superior ocorreram no ano de 529 em Constantinopla, bem como em Rabat (Marrocos) a Universidade de Quarwigin, no ano de 859.

Porém, constata-se na literatura, que a Universidade iniciou seu caminho com as universidades medievais, sendo as primeiras as de Bolonha de onde descendem as universidades italianas e as de Paris de onde descendem as de Oxford e Cambridge.

O surgimento da Universidade na idade Média deve-se, principalmente, ao cristianismo, oficializado pelo Império Romano Tubino (1997).

Os seres humanos são os únicos seres vivos que formulam perguntas e, entre eles os mais curiosos são os educadores e os pesquisadores. Por essa razão, a universidade pode ser definida como a comunidade da curiosidade (Huguet,1999).

A universidade é uma organização complexa, desde a sua estrutura, até sua forma de funcionar. É acima de tudo um centro de produção de conhecimento, através do ensino, pesquisa e extensão, suas principais funções, disseminação de cultura e apoio à expressão livre de idéias, sem distinção de raça, origem ou religião, classe econômica ou interesses políticos.

Assim, a universidade desempenha um papel importante na vida da sociedade, pois é dela que futuros profissionais altamente qualificados saem para garantir o seu desenvolvimento, bem como a produção da qualidade de vida. Quanto melhor for o funcionamento da universidade, mais qualidade terão seus resultados, como a peça-chave do desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Schlemper citado por Jacobsen (1996, p. 25), “a universidade autêntica, a universidade integrada aos objetivos maiores da coletividade, será aquela que sem criar discriminações nem prioridades de nenhuma classe, seja capaz de oferecer conhecimentos necessários para a transformação da sociedade e oportunidade de participar da criação de novos conhecimentos”.

Para o referido autor, há uma relação entre a função da universidade, e a sociedade na produção do saber, ética e cultura, bem como o futuro dos profissionais.

Todas as universidades têm suas funções e suas missões de acordo com a realidade do ambiente onde se inserem, porém todas produzem conhecimento, e todas assumem um compromisso com a sociedade, como respaldo para o desenvolvimento da ciência, e do Homem altamente qualificado.

Embora a presença das universidades na vida da sociedade gozem de todo esse mérito e privilégio de serem as principais responsáveis pela formação do homem, na produção do conhecimento e o desenvolvimento da ciência, nem sempre existe uma congruência entre suas missões e os objetivos econômicos e sócio-políticos bem como os valores culturais da realidade onde elas estão inseridas, e dos interesses dos diferentes atores que nela se envolvem.

É neste contexto que a avaliação do ensino se torna importante e necessário como forma de produzir informações sobre a pertinência e utilidade dos programas oferecidos (Lindo, 1993).

Ristoff (1997) enfatiza que a qualidade supera em essência, a todos os modismos, pois pertence à própria natureza das instituições acadêmicas. O autor considera que as academias vivem em um meio social, num momento histórico com

características políticas, econômicas, intelectuais, jurídicas próprias, e são periodicamente reavaliadas. No entendimento deste autor (1997, p.65), “a avaliação aponta sempre para suas crises: crise de gestão, crise pedagógica, crise de autonomia, crise de modelo, crise de função. Numa palavra: crise de qualidade. Falarmos de qualidade, estamos necessariamente falando de avaliação, pois ao avaliarmos estamos sempre imprimindo sobre o objeto da avaliação as virtudes e os valores que prezamos”.

De acordo com este raciocínio, a avaliação institucional no mundo acadêmico é um processo fundamentalmente necessário, pois apoia a busca de padrões de qualidade, bem como justifica a sua presença no seio da sociedade.

Vahl (1992), defende que a avaliação é um instrumento fundamental no processo de planejamento, a fim de se conhecer a relevância social dos objetivos propostos, bem como a eficácia, o impacto e a eficiência das ações realizadas. As informações dela resultantes representam o alicerce para construir as diretrizes, as políticas e as estratégias que orientam a evolução do ensino superior.

Zainko (1994) considera a avaliação como uma opção política, vinculada a um dado projeto educacional, sendo que na universidade ela deve ter como perspectiva prática de produzir saber e contribuir de maneira sofisticada a criação, difusão e consumo de um bem que é de todos - o conhecimento.

Bielschowiski (1995) considera numa visão contemporânea que a avaliação pode ser entendida, como julgamento do valor de um programa numa instituição ou num indivíduo. De múltiplas maneiras, porém, tais julgamentos são mais comumente elaborados. Às vezes o são com base exclusivamente pessoal e subjetiva que um administrador isolado, por exemplo, venha expressar, outras vezes, pelo consenso de um grupo na análise de opiniões e posições diversificadas ou, ainda, levando-se em conta uma exaustiva coleta e interpretação de dados. Um

pesquisador, por sua vez, poderá formular seu juízo depois de uma análise estatística sofisticada, com dados objetivos mediante complexos modelos de pesquisa, tentando assegurar altos níveis de confiabilidade e validade.

A avaliação institucional em níveis acadêmicos não é um processo novo, pois, segundo Ristoff (1997, p.65), o seu primeiro avaliador foi Sócrates há mais de dois mil anos. “Sócrates pagou com sua própria vida por ter ousado questionar métodos, concepções, conteúdos, e por conseqüência, a própria autoridade dos educandos da época”.

Apesar de ser um processo com uma história na vida da humanidade, e de se ter argumentado a sua relevância, a avaliação institucional enfrentou dificuldades e resistências, nas instituições de ensino superior, as universidades, considerando o fato, que o processo avaliativo provoca mudanças organizacionais.

Sustentando esta afirmação, Búrigo (1997, p.37,38), observa que “a cultura organizacional é composta por elementos entre os quais se destacam os valores, as crenças, os mitos, os ritos, os tabus, as normas, a comunicação formal e informal, que condicionam e direcionam o desempenho das pessoas e que devem ser levados em conta, em qualquer tentativa de mudança”.

Os autores Fernandes e Vianna (1996, p.38), aceitam a afirmação de Búrigo acima evidenciada quando colocam que “para a mudança organizacional se tornar efetiva é necessária uma intervenção global, interativa e simultânea, ao nível de cultura e sistema de valores da organização...”.

Considerando as argumentações dos autores acima referenciados, pode se deduzir que o processo avaliativo para ser instituído deve ser entendido de forma positiva, e construtiva, para poder ganhar a aceitação da instituição em estudo, levando em consideração também a sua complexidade.

De acordo com Silva (1994), as instituições mais resistentes às mudanças são as instituições de natureza social, muito particularmente as educacionais. O autor afirma que apesar de defenderem a importância da mudança organizacional em seus discursos, o que se verifica na prática são simplesmente sinais de resistência.

A avaliação institucional nas universidades surge, em geral, partindo das críticas externas feitas aos programas educacionais, e como forma de justificar a sua presença no seio da sociedade, como fomentadores da ciência e cultura. A busca da qualidade, é na maioria das vezes o desejo de se mostrar o melhor, o que mais produz, o que melhores programas apresenta, maior desempenho, eficiência, etc. A sociedade está atenta ao desempenho de suas instituições, e é a partir daí que se criam os programas de avaliação (Hugget, 1999).

Da Silva (1994) afirma que nos EUA as críticas feitas às universidades provêm do Congresso, da imprensa, de livros publicados pelas editoras, criticando as universidades pelos programas educacionais, pelas fraudes em pesquisa científica, e a má-utilização dos recursos para a pesquisa e pelo comodismo político.

Sobrinho (1995, p. 7), argumenta que no Brasil, na década de 1980, “a comunidade científica brasileira, incluindo os movimentos docentes, as agências

governamentais ligadas à educação superior, discutiam sobre a necessidade da avaliação”.

Segundo o autor, principalmente nas universidades públicas, a discussão era sobre a necessidade de cumprir o princípio da transparência, isto é, a prestação de contas à sociedade, e ainda como um mecanismo de reforçar a presença da instituição pública no Brasil, perante as constantes ameaças de privatização.

Desta forma a avaliação institucional ficou ligada à crise da universidade, onde principalmente as públicas são cada vez mais ameaçadas, pois não têm conseguido responder de um modo satisfatório às exigências do mercado brasileiro.

Assim, o processo avaliativo aparece como uma forma da universidade pública justificar a sua presença no seio da sociedade brasileira.

Estes exemplos podem servir de base para se argumentar que apesar das resistências, as exigências da sociedade, bem como a busca da qualidade dos programas de educacionais, constituem os fortes fatores comuns nas diferentes realidades, para a realização e implementação dos programas de avaliação nas universidades.

No entendimento de Da Silva (1994, p.60), “o que se deve discutir é um esforço em processo no âmbito mundial, buscando vencer a crise, a partir, como não pode deixar de ser, de um diagnóstico, seguido da conhecida terapêutica das reformas educacionais, sejam elas globais, resultantes de decisão política, ou apenas saltos qualitativos”.

O autor afirma que, quase na maioria dos países se avalia o sistema de ensino. Apesar das diferentes abordagens da avaliação, referente aos princípios, e metodologias, bem como os resultados, de país para país, existe a consciência de que o controle da qualidade constitui um fator comum entre os vários atores dos sistemas de ensino em toda a comunidade.

2.4 As etapas da avaliação institucional

A avaliação é um processo onde intervêm fatores diversos bem como contraditórios, Lindo (1993). Partindo desta afirmação ele recomenda que se distinga a ordem lógica do processo avaliativo e a experiência concreta num determinado contexto. Para o autor, quando uma instituição dispõe de uma coerência suficiente, bem como de um autocontrole sobre seu comportamento, torna-se possível programar um processo de avaliação de acordo com uma certa seqüência lógica. Desta forma as etapas seriam as seguintes:

1. consenso institucional: os dirigentes devem assumir a necessidade de avaliar, bem como as possíveis mudanças que o processo possa implicar na melhoria do funcionamento da organização. Ajuda a reforçar o consenso, tanto entre os dirigentes, como entre os diferentes atores, a consciência de que o mau funcionamento aumenta cada vez mais os custos de qualquer planejamento;
2. seleção dos avaliadores: Se a instituição deseja um diagnóstico objetivo, deve eleger avaliadores competentes com sentido crítico; definição dos objetivos: o avaliador ou avaliadores devem delimitar seus fins e o contexto de seu trabalho juntamente com os responsáveis da instituição. Esta referência inicial pode variar o caminho do processo, sendo por isso necessário que as variações sejam explícitas por constituírem aspectos importantes da experiência;
3. Formação da equipe de trabalho: O avaliador deve contar com a colaboração de uma equipe que surgirá dos mesmos atores, e todos devem participar em conjunto no processo avaliativo para que este possa conduzir a correção das deficiências;
4. Definição do contexto: é importante elaborar uma imagem objetiva dos contextos que condicionam o funcionamento da instituição. Dentre destes contextos podemos encontrar mudanças do sistema político nacional, na economia mundial, nas ciências, nas tecnologias de educação, bem como os contextos funcionais da instituição que devem ser visualizados;
5. Definição das particularidades institucionais: todas instituições têm características particulares que devem ser explicitadas. Algumas destas características são parte da tradição ou de valores próprios da instituição.

Outras são e mantiveram-se fixas por inércia da organização. No momento de justificar certas práticas invocando a singularidade da instituição é necessário ter em conta estes aspectos;

6. Definição de critérios: a equipe avaliadora, uma vez que conhece os objetivos do programa, o contexto e o perfil da instituição, tem que definir critérios para avaliar. Estes critérios serão, pois, uma combinação de aspectos técnicos, contextuais e filosóficos;

7. Seleção de enfoques e métodos: uma vez conhecido o âmbito de aplicação e os critérios do programa, é preciso selecionar os enfoques e os métodos pertinentes. Pretende-se avaliar as práticas pedagógicas poder-se-á recorrer a observação de cursos, a relação entre professores e alunos ou a análise de estatísticas sobre o rendimento escolar. Pretende-se avaliar a eficiência organizativa será necessário elaborar-se um diagrama de procedimentos administrativos, uma aproximação entre os usuários, uma análise de custos, etc;

8. Elaboração de variáveis e indicadores: em todos os setores existem muitos aspectos a serem analisados. É necessário identificar as variáveis mais relevantes. Por sua vez, para defini-las é necessário uma série de indicadores que devem ser explícitos;

9. Compatibilização de critérios e métodos com experiências nacionais e internacionais: é necessário que o esquema de análise seja revisado à luz das experiências nacionais e internacionais. A congruência com o conhecimento acumulado é um dos recursos que utilizam as ciências para controlar seus produtos;

10. Discussão do programa com outros atores institucionais: é necessário que os membros da organização saibam o que se está avaliando e com que critérios. A transparência elimina temores infundados;

11. Desenvolvimento do programa: a equipe avaliadora conduz os procedimentos previstos. Nesta fase é importante e fundamental que se busque dados e se processe informação relevante;

12. Leitura e interpretação de informação: os dados podem sugerir diferentes leituras. É necessário explicitá-las. As interpretações propostas pelos avaliadores têm que se vincular com os critérios adotados no programa de trabalho;

13. Discussão e difusão dos resultados: a informação dos avaliadores deve ser discutida entre os responsáveis institucionais e pode dar lugar a retificações ou ampliações. Os resultados finais serão difundidos entre todos os membros da instituição;
14. Elaboração de estratégias para a mudança: a última fase da avaliação é a primeira etapa de um novo processo: a mudança da instituição. De acordo com as conclusões, críticas e recomendações da avaliação, os membros da instituição vão definir que tipos de mudanças devem ser produzidos para superar os obstáculos ou as deficiências observadas. O processo de avaliação tem que servir para que surja um novo consenso estratégico que assegure o crescimento da instituição.

Concluindo, compara-se a importância da utilização de terapias de saúde com objetivos diferentes, e a avaliação: para uns a terapia funciona como rotina, enquanto outros a usam para sobrevivência. Referente a avaliação acontece o similar, pois enquanto em alguns casos ela é utilizada como um instrumento moderno de controle organizacional, para outros se trata de um fim em si mesmo, assim como outros pensam tratar-se de uma simples forma de melhorar o funcionamento.

De acordo com estudiosos do tema Avaliação Institucional, no contexto de um mundo em constante mutação, avaliar as IES demonstra a preocupação dos atores da comunidade em desenvolver formas de responder às demandas atuais, refletindo principalmente o equilíbrio entre os programas de ensino e o desenvolvimento da sociedade.

III - TIPOS E MODELOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Várias formas de entender a avaliação têm levado a diferentes modos de abordagem, influenciando os processos avaliativos. Por esta razão, tem-se tornado difícil definir o sentido de sua utilização. De acordo com os propósitos da avaliação, e o objetivo da instituição, ou do objeto a ser avaliado é definido o tipo de avaliação a ser utilizado durante o processo avaliativo. Nesse contexto as instituições seguem um determinado modelo, de acordo com os objetivos pré-estabelecidos.

Neste capítulo apresentam-se os tipos e modelos de avaliação institucional destacados por diversos autores da área.

3.1 Tipos de Avaliação Institucional

Suchman citando Bellavance (1985), identifica cinco tipos ou categorias de avaliação:

- a) Avaliação do esforço despendido, que se refere ao esforço empreendido para realizar uma atividade e tende a responder fundamentalmente a duas perguntas: "o que foi realizado?" e "foi bem feito o que foi realizado?"
- b) Avaliação dos resultados do desempenho ou avaliação da performance - tenta responder principalmente às perguntas: "que proporção dos objetivos foi na verdade realizada?" "Que mudanças podem ser de fato observadas?" E "as mudanças observadas correspondem na realidade ao que se esperava?" Esta categoria ou tipo de avaliação é considerada por outros autores como "avaliação da eficácia "".
- c) Caráter adequado da performance - também designado por outros autores de "conveniência" - esclarece a capacidade relativa de uma política ou programa de satisfazer a totalidade da necessidade identificada.
- d) Avaliação da eficiência - aquela que enfatiza, principalmente, os meios alternativos de se alcançar ou produzir os resultados observados e empenha-se para estabelecer os custos - em termos de recursos humanos, financeiros, materiais, etc. destes instrumentos alternativos.
- e) Avaliação dos processos - avaliação através da qual as políticas ou programas produzem os resultados esperados. Segundo o autor, este tipo de avaliação

pode ser útil no plano administrativo, pois permite explicar, ou até corrigir, uma performance julgada inferior as previsões.

De acordo com Ferreira (1986), a avaliação pode ser desenvolvida por meio de dois tipos de processos: a avaliação formativa, que é desenvolvida no decurso de um programa de instrução que visa aperfeiçoá-lo, e a avaliação somativa, que tem como objetivo julgar o processo de avaliação final de um programa de instrução.

Segundo Wilde e Sockey (1995), normalmente no processo da avaliação formativa estão envolvidas as auto-avaliações, sob responsabilidade do corpo docente e os membros dos setores administrativos referente a sua implementação e realização. Para os programas profissionais conta-se com a contribuição dos empregadores, usuários ou credenciadores, na definição do processo de avaliação. Onde existam sistemas de revisão da instituição educacional, os aspectos organizacionais poderão interferir nos planos e nos ajustes de avaliação.

O processo de avaliação formal que visa à tomada de decisões sobre a continuidade do programa é na maioria das vezes denominado de avaliação somativa, que pode emitir julgamentos sobre a qualidade do programa, da equipe e seu nível de embasamento, bem como determinar a continuidade do programa.

Processos de avaliação somativa de programas acadêmicos podem ocorrer partindo de iniciativas da própria universidade ou de uma entidade do governo, cuja abrangência atinge a avaliação das faculdades e de programas específicos.

As avaliações somativas são implantadas por pessoas não diretamente envolvidas no ensino, pois raramente elas acreditam na necessidade de suas unidades serem avaliadas.

As revisões de programa são implantadas e realizadas por pessoas externas, o que distingue a revisão de programa de uma auto-avaliação. As revisões de programa podem ser formativas ou somativas. Na maioria das vezes esse processo não é bem aceito pelos docentes e pela equipe administrativa, mesmo quando realizadas por seus pares.

No geral os docentes tem uma atitude crítica referente a outros programas que não os seus, e, quando são indicados para um comitê de revisão, estes não hesitam em apontar alterações necessárias.

Desta forma, os responsáveis por um programa ou um serviço administrativo podem manter-se na defensiva no momento em que a revisão organizacional tem sua unidade como alvo, o que permite atitudes de resistência e de refutação sobre

os dados coletados pelos revisores externos ao programa e, em seguida, buscar coletar informações que podem ser sistematicamente usadas numa auto-avaliação do programa.

As revisões periódicas quando realizadas regularmente como rotina, e não eventualmente de forma esporádica ou em momentos de crise, são menos ameaçadoras e com certeza muito mais produtivas.

Stark (1998), na classificação sobre a avaliação considera que pode ser observado a distinção entre os níveis de realização de um processo de avaliação. O autor defende que assim é possível destacar-se o nível individual, departamental, institucional, inter institucional e regional. Dessa forma ele considera os seguintes tipos de avaliação institucional:

- a) a Avaliação para aperfeiçoamento e decisões sobre programas, cujos processos avaliativos que visam o aperfeiçoamento freqüentemente são denominadas pelos avaliadores como "formativas", podendo ser formais ou informais. Elas podem ter incluído a mensuração dos objetivos dos alcançados pelo aluno (verificação) e do grau de satisfação obtido (avaliação do cliente), assim como podem indicar o pensamento dos administradores e docentes sobre o planejamento (parecer profissional).

- b) A avaliação institucional com fins de prestação de contas, que é uma finalidade da avaliação definida por aqueles que consideram que a Universidade tem obrigação de dar resposta à sociedade, de onde provém os recursos que a sustentam a partir dos contribuintes, aos quais se deve respostas sobre a aplicação dos recursos investidos e da produtividade desse investimento. Nessa perspectiva, a sociedade é tratada como um conjunto, naturalmente diferenciado, de contribuintes, com o sentido subjacente de quem paga tem direito.

Segundo Cardoso (1997), esta concepção se distingue da idéia de que a educação é um direito de todo o cidadão. Ele defende que se o critério fosse a cidadania, ter-se-ia que interrogar sobre o conteúdo da produção universitária e sua compatibilidade com as prerrogativas próprias da cidadania, em seu rol de direitos a respeitar e de necessidades atendidas.

Para o autor a prestação de contas está relacionada com a responsabilidade das agências financiadoras em assegurar que as instituições de educação cumpram efetivamente suas funções.

Alguns autores e estudiosos da área afirmam que em países onde o controle e os financiamentos para faculdades e universidades são descentralizados, como é o caso dos Estados Unidos da América por exemplo. A prestação de contas das instituições de ensino superior públicas é realizada aos órgãos estaduais; em alguns casos esses órgãos exercem uma supervisão ativa, enquanto que noutros a instituição tem uma ampla autonomia de ação. Quando os programas de educação são financiados por recursos públicos, considera-se em geral que a efetividade engloba o conceito de eficiência ou economia. As faculdades ou universidades privadas respondem ao seu próprio quadro de dirigentes e/ou a instituições religiosas a que estejam ligadas. No entanto, tanto as instituições privadas, como as públicas, as tentativas de centralizar a avaliação ou de implantar novas formas de prestação de contas podem sentir a resistência por parte do corpo docente e administrativo.

Para Stark (1998), nos países onde as decisões em relação à educação são centralizadas, a prestação de contas é claramente uma atribuição do Ministério de Educação local. Nesse caso, o papel do corpo docente e da administração na avaliação pode variar desde a coleta de dados à participação ativa na decisão sobre modelos a serem adotados. O autor defende que no entanto, mesmo onde a decisão é centralizada, aqueles mais próximos ao programa ou serviço educacional estão em melhores condições de utilizar os resultados de avaliação para melhoria. Seja o sistema de educação centralizado ou descentralizado, a avaliação pode ser configurada como um processo de rotina, ou como pro forma para os dois casos. Para este autor, em alguns momentos, as agências governamentais envolvem-se em atividades avaliativas para reiterar sua autoridade ou demonstrar seu poder. A essas estratégias os avaliadores classificam-nas como "autoritárias". Às vezes a nível institucional, os educadores realizam o que alguns observadores denominam de "avaliação sócio-política", realizada principalmente com objetivos de relações públicas para convencer as autoridades de que um determinado procedimento é correto e eficiente. Essas formas de avaliação não podem ser consideradas como formativas ou somativas, pois não se enquadram na definição básica de avaliação, uma vez que não há intenção de tomada de decisões.

- c) A Avaliação como forma de pesquisa pode por essa razão ser chamada de pesquisa avaliativa. A diferença entre a avaliação e a pesquisa avaliativa está tanto no objetivo, como no projeto. O pesquisador se interessa pelos resultados da avaliação para daí poder fazer generalizações sobre causas e efeitos educacionais, por exemplo, para determinar se os alunos (e que tipos de alunos) assimilam melhor com um modelo específico de processo instrucional, ou para determinar se as estratégias motivadoras utilizadas em negócios também incentivarão a mudança de comportamento do pessoal acadêmico. Estas questões são de pesquisa básica e os resultados podem ser estendidos a outras situações. O investigador busca a validade interna e externa dos resultados usando, muitas vezes, estratégias experimentais ao invés de observações de situações naturais, objetivando publicá-los numa revista acadêmica. Já o verdadeiro avaliador interessa-se em usar a informação para subsidiar decisões e julgamentos sobre uma situação específica. Para ele o mais importante é ter credibilidade perante o qual recebe a informação e a usa para tomada de decisões, e não a rigurosidade do projeto, como no caso do pesquisador.

Concluindo, as Instituições de Ensino Superior dado a sua complexidade, precisam, no momento de definição do tipo de avaliação a ser utilizado, ter os objetivos bem definidos e criar condições para que exista uma aceitação verdadeira por parte dos seus membros de tal forma a que o processo possa decorrer da melhor maneira possível.

3.2 Modelos de avaliação institucional

Em muitos países existem fortes pressões exercidas sobre as Instituições de Ensino Superior, no sentido de desenvolver procedimentos de avaliação mais elaborados, em particular referente à documentação do processo de aprendizagem e levantam-se barreiras para adoção de novos modelos e técnicas de avaliação.

Considerando que a avaliação da educação vem evoluindo rapidamente, apresenta-se a seguir alguns modelos de avaliação institucional adaptados por Nevo (1983):

- a) Avaliação naturalística: trata-se do modelo em que são reunidas informações descritivas sobre o objeto, da situação, e das condições em que a avaliação é realizada. Este modelo especifica a informação desejada pelos públicos relevantes, junta informações sobre valores, padrões de valor e mérito, compartilhando-as com o público interessado, e negocia as decisões.
- b) Modelos contextuais e iluminativos, são os modelos que descrevem aos responsáveis pela tomada de decisão, bem como aos apoiadores as condições prioritárias, os objetivos do programa seus projetos, a sua implementação e seus resultados, e deixam os julgamentos a cargo dos decisores.
- c) Modelos dos profissionais especialistas (credenciamento), são modelos onde são propostos padrões, obtendo a concordância de renomados especialistas em padrões, requerem a auto-avaliação partindo dos padrões adotados, são necessários especialistas para examinar a auto-avaliação, elaboram os resultados do exame, e requerem a decisão dos especialistas sobre o alcance dos padrões pré-estabelecidos.
- d) Avaliação tradicional de Tayler, é o modelo que estabelece metas e objetivos de nível comportamental, desenvolvendo instrumentos de mensuração das metas e objetivos. Realiza a comparação dos objetivos com os resultados atingidos, e interpreta as descobertas, fazendo recomendações.
- e) Modelo de insumo-ambiente-produto é o modelo em que são mensuradas as habilidades dos alunos antes da experiência educacional, descrevendo-a, e documentando-a, passando-se a uma fase de mensuração pós-experiência educacional. É realizado um controle estatístico das variações iniciais de onde são calculadas as mudanças de habilidades, ou os valores agregados.

Estudiosos do assunto defendem que embora os avanços dos métodos de avaliação e da tecnologia dos computadores, que permitem a facilidade de análise de dados de modelos que se baseiam em mensurações, os modelos descritivos continuam a ser os mais utilizados durante a revisão de disciplinas, programas, cursos e currículos. Mesmo quando os programas formais de avaliação são realizados, como no caso daqueles que são elaborados para credenciamento ou

para revisões periódicas, o corpo docente e o corpo administrativo, continuam adotando os modelos descritivos.

Como exemplo são utilizadas práticas em que os especialistas em avaliação denominam de avaliação naturalística, ou modelo contextual. Nesses casos os avaliadores descrevem o programa/curso bem como seu contexto, e realizam a descrição de forma a que sejam entendidos e de acordo com as necessidades, sugerindo modificações e ajustes do programa ou curso, baseando-se nas deficiências e vantagens verificadas, nos valores existentes, e nos padrões implícitos de valor e mérito (geralmente partindo de comparações com outros programas).

Considerando que os programas ou cursos acontecem num determinado contexto político, e sócio-econômico, tende-se a descrever na íntegra os fatores contextuais ou históricos do programa ou curso que possam de certa forma influenciar positiva ou negativamente, os seus resultados.

Se o objetivo da avaliação for, a análise do desempenho estudantil, ou a qualidade do programa ou curso, estarão incluídas medidas dos resultados alcançados pelos alunos nos materiais descritivos; no entanto, essas medidas podem ser qualitativas e coletadas de um modo informal por meio de um processo sistemático de avaliação.

A opinião dos profissionais de avaliação na análise crítica, é o método mais escolhido para realizar as comparações entre a descrição do programa ou curso e o registro dos resultados com outras instituições com sistemas semelhantes. Apesar de muitos modelos de avaliação aparecerem na literatura, verifica-se na prática que os métodos usados pelas universidades mantêm-se relativamente informais dependendo por vezes dos interesses e dos conhecimentos do corpo docente envolvido.

Comparando, a avaliação de programa, envolve mais a opinião de especialistas externos do que a avaliação de curso. Nos processos de auto-avaliação do programa estão incluídas visitas de consultores, professores de outras instituições similares, a quem são solicitados comentários sobre os pontos fortes e fracos do programa, bem como sugestões para possíveis ajustes.

Os programas são alterados, interrompidos ou em certos casos absorvidos por outras unidades, partindo de análises feitas por membros do corpo docente da própria universidade envolvidos no processo de auto-avaliação. Esse tipo de análise,

normalmente é recomendado pela administração da instituição, acontecendo periodicamente, ou em momentos de programação para obtenção de recursos.

Nesses processos, são emitidos julgamentos somativos para determinar se o desempenho do programa ou curso corresponde aos objetivos pré-estabelecidos (mérito), se o programa ou curso corresponde à missão da universidade (validade), e as medidas a serem tomadas como forma de superar as dificuldades em relação ao mérito e à validade “ideais”.

Normalmente todos os currículos universitários são avaliados por grupos de especialistas externos, sendo credenciadores, ex-alunos, visitantes e conselhos consultivos.

Essas avaliações em alguns casos constituem uma fonte rica de novas idéias levando até a uma mudança real. Noutros casos, elas servem como uma forma de envolver aqueles que poderão apoiar a instituição a nível financeiro, político e educacional. O benefício e utilidade deste processo depende muito do papel e competência dos líderes da instituição.

Durante os anos 90, o crescimento do debate norteando o desempenho do aluno com o propósito de prestação de contas, fez com que em algumas IES se fossem adotando modelos de avaliação mais formais e tradicionais semelhantes aos que Tayler havia proposto para o nível de ensino fundamental e médio.

As IES estão ampliando o seu enfoque na definição dos objetivos do processo de aprendizagem objetivando o nível dos resultados esperados, escolhendo várias formas de descrever o nível dos resultados alcançados e sua correspondência com os objetivos educacionais, tentando para isso atribuir os resultados a disciplinas e programas ou cursos específicos.

Dando continuidade aos diferentes modelos de avaliação presentes na literatura, apresenta-se a seguir quatro modelos adotados para os diferentes níveis dos planos acadêmicos sendo a disciplina, o programa ou curso, e a instituição, que constituem os três níveis de avaliação que correspondem aos níveis nos quais os planos curriculares devem ser planejados, implementados e avaliados segundo J.S.STARK (1998) :

1. a verificação informal, que implica na ampliação da habilidade dos membros do corpo docente na obtenção de *feedback* direto e fazer rapidamente os necessários ajustes;

2. a avaliação centrada no aluno, que tem seu enfoque nas interpretações dos alunos referente a suas próprias necessidades e comportamentos;
3. avaliação sem referência a objetivos, através da qual os avaliadores procuram resultados não-intencionais e não-desejados no currículo;
4. A avaliação por objetivos, similar aos métodos tradicionais, que correlacionam os resultados observados e o desempenho esperado em nível do processo de aprendizagem (Stark, 1994).

Analisando os modelos de avaliação acima indicados têm-se:

a) modelos informais têm o objetivo de sugerir processos alternativos de avaliação de desempenho dos alunos que sejam de utilidade para o corpo docente, bem como para os administradores. Observa-se e analisa-se as técnicas que os professores selecionam baseados nos objetivos educacionais, disciplinas, seqüência de conteúdo e processos de instrução por eles escolhidos.

Segundo o autor, as avaliações informais em nível de curso, não requerem habilidades especiais podendo proporcionar um *feedback* imediato na sala de aula. Na verdade, os métodos informais são aqueles em que a maior parte dos professores já utiliza para avaliar seu trabalho. Embora haja influências de forças externas, que pressionam no sentido da coleta de dados de avaliação, os membros do corpo docente continuam sendo os principais avaliadores educacionais na sala de aula, bem como programa ou curso. Eles vão continuar a fazer uso dos métodos informais, mesmo estabelecendo os objetivos formais e coletando dados de um modo mais sistemático. A base será sempre a sua visão sobre a disciplina, e os ajustes continuarão sendo realizados com base na percepção do corpo docente sobre as alternativas disponíveis. Como consequência, as idéias que aqui foram sugeridas, servem como complemento e não substituem os processos tradicionais de avaliação realizados pelos docentes, o que pode resultar numa gradativa defesa de uma avaliação cada vez mais sistemática por parte do corpo docente.

b) A avaliação enfocada no aluno: analisa a pertinência entre os objetivos dos alunos e dos professores, com o propósito de entender como os alunos com os mais variados objetivos participam de uma aula ou um programa. Concretamente, é verificar se sob a visão dos alunos um determinado plano acadêmico é útil, satisfatório. Este tipo de

análise ajuda na verificação dos significados que os alunos vão construindo a partir do material abordado na sala de aula ou no programa, significados que podem ser ou não aqueles que o professor esperava que se criassem.

Este modelo de avaliação assume o aluno como seu principal fornecedor de informações que eles acreditam serem relevantes. Todos os métodos de avaliação que têm o aluno como seu principal enfoque visam “suas vozes”, e levantar suas perspectivas, o que tem como consequência, a obtenção de respostas livres e abertas dos alunos, isto é, aquelas extraídas por meio de ensaios reflexivos, grupos de debate, revistas, jornais ou de levantamentos que permitam os alunos se expressarem sem sofrer influências da perspectiva do docente.

Esta abordagem avalia ainda a qualidade do esforço desenvolvido pelo aluno, determinado pelo tipo, intensidade e frequência das atividades, bem como pelo crescimento das atitudes positivas, das expectativas e das meta-cognições num determinado curso. Desta forma o professor pode ajustar o plano acadêmico de uma disciplina, encorajando os alunos a estarem sempre buscando melhorias.

c) Avaliação em nível de programa ou curso como tipos de técnicas usados para avaliar, são os mesmos usados na avaliação centrada no aluno, tendo, no entanto que ser considerada o encorajamento dos alunos visando partilhar seus pontos de vista.

Os questionários enviados pelo correio podem proporcionar resultados fracos, ou não trazer as respostas desejadas, o que por meio de entrevistas individuais e debates em grupo, podem ser bem mais eficazes.

Concluindo, os diferentes modelos adotados pelas Instituições considerando o objeto a ser avaliado, conta com a participação dos membros da instituição, especificamente com aqueles a quem o processo é dirigido, e tem como resultado a posição dos mesmos em relação ao objeto avaliado.

Foram apresentados neste capítulo os tipos e modelos de Avaliação Institucional mais destacados pelos estudiosos da área. Neste contexto, salientou-se a importância do entendimento que se vem desenvolvendo sobre a avaliação bem como os objetivos das IES considerando suas missões e o ambiente político, sócio-econômico em que elas estão inseridas. Dessa forma são definidos os tipos de avaliação e como resultado são elaborados os modelos a serem seguidos.

Alguns tipos de avaliação apresentados neste estudo correspondem às diferentes práticas de Avaliação Institucional adotados por algumas IES no Mundo, por exemplo como é o caso das avaliações formativas onde estão envolvidos os processos de auto-avaliação e avaliação externa, prática realizada por quase todas as IES que têm como objetivo de elaborar diagnósticos sobre sua situação interna, e sua pertinência na sociedade que as rodeia. Um outro aspecto relevante é a questão sobre a avaliação para prestação de contas, que acontece nos países de administração centraliza, em que a educação está subordinada ao Ministérios de Educação, na medida em que os recursos disponibilizados para seu funcionamento precisam ser justificados.

O papel da Avaliação Institucional desenvolvida em IES de muitos países atingiu tal relevância que não se fala em procedimentos avaliativos sem que sejam desenvolvidos sistemas ou modelos de avaliação adequados aos seus diversos propósitos. Assim, este estudo apresentou também os modelos de Avaliação Institucional, destacando-se os modelos desenvolvidos por Nevo (1983), especificamente os modelos descritivos como sendo os mais adotados nas revisões de programas ou cursos e seus currículos, bem como os modelos defendidos por Stark (1998), onde são destacados os modelos de avaliação centrados no aluno, que visam avaliar a pertinência entre os objetivos dos alunos e dos professores e os planos acadêmicos, visando criar um ajuste como forma de alcançar os melhores resultados.

Finalizando importa sublinhar que as IES no desenvolvimento de seus programas de Avaliação Institucional precisam encontrar um equilíbrio e congruência na definição dos propósitos deste processo, considerando suas missões e objetivos inseridos na sociedade em que estão inseridas.

IV EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando que em termos de estrutura e funcionamento, as IES são consideradas as instituições mais complexas dentre as organizações sociais por sua diversidade funcional, produção, transmissão e difusão de conhecimento para a sociedade, o que de certa forma faz com que sejam avaliadas por meio de parâmetros especiais, diferentes de outras organizações, torna-se necessário analisar um pouco de suas particularidades e o contexto em que se inserem para melhor se entender seus processos de avaliação.

De acordo com Lindo (1993), em todas as sociedades, as IES têm uma história e são ao mesmo tempo parte de processos e estruturas que ultrapassam as particularidades. A evolução do sistema universitário nos pode oferecer elementos de juízo valiosos para avaliar instituições. Cada sistema tem constantes que determinam a cultura organizacional.

Nos capítulos anteriores foi já abordada a questão referente aos debates que se têm realizado ao longo das últimas décadas resultando no desenvolvimento e na implantação de programas e sistemas de avaliação institucional nas diversas IES pelo mundo fora. Neste âmbito destacam-se algumas iniciativas de avaliação institucional que serviram e servem de base para o desenvolvimento de programas e sistemas de avaliação por exemplo em países onde o processo é ainda uma novidade, ou se encontram em sua fase de discussão e inicial.

Fazendo referência a essas iniciativas é relevante aqui mencionar principalmente a experiência vivida na Holanda que constitui uma das pioneiras na comunidade europeia, e que serve de exemplo para países como por exemplo o Brasil e Moçambique.

4.1 A Avaliação do Ensino Superior na Holanda

Em 1985 o ministro da Educação e Ciência da Holanda publicou um documento que trazia as novas políticas sobre a educação superior cujo título era: Autonomia e Qualidade. O governo oferecia mais autonomia as IES desde que fosse garantida a qualidade do ensino superior oferecido à sociedade holandesa. Inicialmente a idéia era responsabilizar as IES pelo processo da avaliação interna,

cabendo a responsabilidade pela avaliação externa a uma agência independente que tinha a designação de inspetoria. Porém, esta decisão não foi aceita pelas IES, pois para elas a responsabilidade do processo avaliativo deveria ser delas mesmas que estavam diretamente envolvidas com o programa educacional. Assim, em 1986 foi assinado um acordo em que as IES foram responsabilizadas pelo desenvolvimento e implantação de um sistema de avaliação da qualidade do ensino superior, que não só deveria abranger as necessidades internas como também as expectativas do governo, ficando desta forma a inspetoria responsável pela verificação dos resultados da avaliação (meta-avaliação), e pelo controle da continuidade do processo avaliativo.

Como consequência deste acordo as IES convidaram a associação das universidades holandesas (VSNU) para gerir o processo, como forma de abranger todas as IIES da nação holandesa, e também pelo fato desta associação ter sido estabelecida e financiada pelas IES, com poderes de atuar em sua representação.

O processo de avaliação institucional estabelecido compreende dois momentos: a auto-avaliação ou avaliação interna, seguida de uma avaliação externa. Este processo é intermediado pela avaliação por pares (*peer review*), visa principalmente aspectos como a garantia da qualidade, enfocando as principais tarefas das IES: ensino, pesquisa, extensão e administração, a responsabilidade individual das IES e é legitimado pela inspetoria por meio de um relatório disponibilizado ao público. Em caso de situações contrárias aos critérios de qualidade estabelecidos, o relatório é reprovado e a instituição correspondente recebe uma notificação de analisar suas fraquezas apresentando em curto prazo um plano de melhoria da qualidade, correndo o risco de perder seu financiamento.

Uma outra questão que caracteriza o processo de avaliação instalado na Holanda é que a avaliação dos programas educacionais é realizada separadamente da pesquisa, e é um sistema cíclico, isto é, realiza-se a cada seis anos. Existe essa separação entre os programas educacionais e a pesquisa porque no entendimento das IES holandesas a avaliação dos programas acadêmicos é mais orientada como um processo, enquanto que no caso da pesquisa a avaliação enfoca mais os resultados obtidos, e cada uma das duas ações envolvem especialistas com formações de diferentes orientações.

Concluindo, importa aqui destacar que o sistema de avaliação do ensino superior holandês é caráter nacional envolvendo todas as IES e é um só comitê que

avalia todos os programas considerados similares entre si em todo o país, isto é, existe só um comitê para avaliar os programas de história, um comitê para economia, etc. Considera-se esta situação favorável e fácil de ser elaborada porque a Holanda possui só 14 universidades e cada comitê realiza no máximo 10 a 11 visitas. O sistema é abrangente pelo fato de que todos os programas em funcionamento são avaliados sem nenhuma exceção.

Finalizando, o sistema de avaliação instalado na Holanda é constantemente referenciado pela literatura dedicada aos estudos sobre avaliação o que demonstra seu alto prestígio e qualidade. No entanto estudiosos holandeses de avaliação recomendam que é importante não copiar o sistema integralmente e sim usá-lo como experiência vivenciada e como uma referência importante.

4.2 As Iniciativas de Avaliação do Ensino Superior em Moçambique

Embora não exista um sistema específico para a avaliação do ensino superior moçambicano, as IES têm vindo a realizar algumas iniciativas de avaliação dos programas educacionais, em momentos específicos. Neste âmbito são realizadas avaliações curriculares, avaliações de projetos internacionais, auditorias aos sistemas financeiros, e análises a todos os programas em curso nas IES visando a elaboração de planejamentos estratégicos. Estas iniciativas surgiram principalmente da necessidade de acompanhar as mudanças verificadas no país nos últimos vinte e cinco anos após a independência nacional proclamada em 25 de junho de 1975. Como consequência deste evento o ensino superior sofreu inúmeras mudanças nos seus programas curriculares, bem como no seu funcionamento. De uma política governamental centralizada o país encontra-se hoje num processo de democratização o que envolve todos os setores sócio político e econômicos que requer muita dedicação e estudo sobre seu desenvolvimento. Neste contexto as IES jogam um papel muito importante na medida em que precisam acompanhar as mudanças ocorridas, e desta forma ajustarem suas políticas e missões ao ambiente atual, sem deixar por fora os acontecimentos mundiais, o desenvolvimento das tecnologias da informação, as tendências do mercado, e os fenômenos da globalização.

As Instituições internacionais com atividades em Moçambique trouxeram consigo regulamentos e normas que foram de certa forma impostas as instituições

moçambicanas, sendo uma delas a avaliação. Por exemplo dentro das IES existem projetos de cooperação que são avaliados periodicamente e existem acordos estabelecidos com alguns governos estrangeiros que ditam a realização de seminários e conferências anuais onde são apresentados os resultados dos investimentos feitos nos diferentes setores dessas instituições. Ligado a estas atividades são realizadas ainda programas de prestação de contas ao governo local sobre os recursos financeiros disponibilizados e os resultados.

Com todas estas ações avaliativas espera-se que dentro em breve sejam estabelecidos sistemas de avaliação institucional nas IES de Moçambique considerando o fato de que não só é uma questão debatida mundialmente, mas como forma de garantir a qualidade do ensino superior que vem crescendo a passos largos. Destaca-se neste contexto que em 1975 Moçambique contava apenas com uma universidade nacional, e hoje passados vinte e cinco anos existem mais de sete Instituições de Ensino Superior.

4.3 A Avaliação Institucional do Ensino Superior da Argentina

Por razões históricas o sistema de educação superior da Argentina deve ser visto em conjunto com o surgimento do ensino superior na América Latina.

O ensino superior da América Latina surgiu com a chegada dos conquistadores espanhóis na região sul do continente americano.

De acordo com Brunner (1990), a primeira universidade foi estabelecida em 1538 na cidade de Santo Domingo, tendo seguido pela universidade real e pontifícia de San Marcos de Lima e a universidade real e pontifícia do México. Mais tarde surgiram as universidades chilenas e as da Argentina.

Segundo Lindo (1993), a universidade sul americana surgiu de um ato da autoridade, isto é, por imposição dos governos coloniais, neste caso a Espanha. Para o autor o ensino superior latino americano esteve sempre ligado desde o início ao poder governamental e às ordens religiosas. Com exceção do México até ao momento da independência dos países da América Latina as universidades foram dedicadas fundamentalmente à formação de sacerdotes, advogados e administradores.

Segundo dados fornecidos pela Comissão Nacional de Avaliação e Credenciamento (CONEAU), existem atualmente na Argentina um total de 1831

instituições de ensino superior, das quais 36 universidades distribuídas pelo país inteiro. Aproximadamente, 834,696 alunos freqüentam o ensino superior sendo que 43.921 estão matriculados em universidades, num total de 391.778 professores.

A política da avaliação institucional do ensino superior da Argentina está relacionada com a crise econômica e social vivenciada nos noventa países latino-americanos.

Desde 1983 ano em que foi instalado primeiro governo democrático de Raúl Alfonsín que os debates passaram da crise do modelo institucional para a avaliação institucional com o objetivo de aperfeiçoamento, bem como a discussão sobre as políticas de financiamento próprio (Mollis 1994).

Em 1995 foi instituída a nova Lei da Educação Superior na Argentina, que prevê a responsabilidade do Governo Nacional de controlar a qualidade do Ensino Superior, tanto público como privado. A Lei determina a criação da CONEAU, de caráter autônomo e independente do Governo, gozando de personalidade autárquica e recursos próprios, embora no contexto administrativo esteja sob jurisdição do Ministério da Cultura e Educação.

A CONEAU tem as seguintes responsabilidades:

- realizar a avaliação institucional de todas as universidades nacionais, provinciais e privadas da Argentina;
- a atribuição de crédito dos programas de graduação e de pós-graduação, e carreiras científicas;
- a emissão de recomendações sobre os projetos institucionais de novas instituições estatais, e privadas;
- reconhecimento das instituições privadas.

A CONEAU é composta por doze membros, dos quais três representam o Conselho Interuniversitário Nacional, um representa o Conselho de Reitores de Universidades Privadas, um a Academia Nacional de Educação, três em nome das Comissões de Educação da Câmara de Deputados, três o Senado, e finalmente somente um representa o Ministério da Educação.

Cabe a CONEAU avaliar as IES, principalmente nos assuntos referente aos cursos de Graduação e de Pós Graduação, a criação de novas instituições e credenciamento de entidades avaliadoras. Esta Comissão tem ainda o poder de

definir os padrões e parâmetros mínimos destinados aos processos de avaliação credenciamento.

O processo avaliativo realiza-se em dois momentos, sendo um o processo de auto-avaliação seguido da avaliação externa. Estes dois processos são realizados, tendo em consideração os objetivos de cada instituição, definidos por ela própria. De acordo com os procedimentos estabelecidos pela CONEAU, a avaliação externa deve ser realizada compulsivamente a cada seis anos, envolvendo comissões de pares nacionais e estrangeiros.

A Lei nacional determina ainda a criação de associações ou agências interuniversitárias, credenciadas pelo Ministério da Educação, visando à administração dos processos avaliativos. A designação de comissões ou órgãos internos de avaliação objetivando a análise do desempenho docente no ensino, pesquisa e extensão, bem como os aspetos referentes à administração e ao desenvolvimento institucional, é da responsabilidade das próprias instituições.

Após a realização do processo avaliativo, a CONEAU deve elaborar um relatório anual de suas atividades, contemplando as suas decisões e recomendações, que posteriormente será divulgado para os parlamentares e à sociedade.

Pelo exposto, se conclui que o processo avaliativo na Argentina tem dois momentos: a auto-avaliação e avaliação externa.

Uma particularidade do processo na Argentina é a intervenção de associações ou agências interuniversitárias, credenciadas pelo Ministério da Educação, que têm a função de administrar os processos avaliativos.

A avaliação da qualidade das instituições universitárias, se diferencia da avaliação de estudantes, ou de docentes, pois constitui uma prática nova na Argentina, embora já tenha décadas em alguns países. De acordo com informações do Ministério de Educação da Argentina (2000) o processo de avaliação institucional é uma consequência do aumento e da consolidação da autonomia universitária, da expansão dos ingressos, e a multiplicação e diversificação de estabelecimentos. Desta forma é possível responder às exigências crescentes da sociedade e a necessidade de orientar os potenciais estudantes, bem como aos atuais setores comunitários.

4.4 A Avaliação Institucional nos Estados Unidos da América (EUA)

Considerando as idéias expostas no capítulo anterior apresenta-se a seguir algumas características do sistema de educação superior nos Estados Unidos da América.

O sistema de educação superior norte-americano é definido por três características básicas, sendo elas a orientação pública, estadualização administrativa, e a diversidade de objetivos acadêmicos (Ristoff, 1999).

No entendimento deste autor a orientação pública deste sistema de educação superior está explícita não só pelos números que mostram a distribuição de alunos nas diferentes instituições de ensino superior daquele país, (14 milhões de alunos matriculados, 11 milhões estão em instituições públicas, de 2051 instituições privadas contra 1655 instituições públicas), como também pelo volume das verbas disponibilizadas pela União para os programas de pesquisa (60,4% contra 7,5% dos estados e municípios, 6,8% da indústria, e 18,1% de fundos próprios).

O ensino superior americano é dominado por instituições estaduais, situação explicada pelas razões históricas dos EUA, que é uma nação que cresceu a partir dos estados que se uniram para se defenderem de um forte inimigo comum.

Partindo destas informações pode-se concluir que para um país onde não existem IES federais, com um sistema de ensino superior público quase exclusivamente estadual, e com um apoio tão forte e expressivo por parte da União, existe uma grande preocupação com a educação por parte da nação americana, no sentido de torná-la a defesa do país.

A questão relacionada com a diversidade dos objetivos acadêmicos, no sistema americano de ensino superior, refere-se a distinção entre as IES naquele país, sendo: instituições com cursos com duração de quatro anos e instituições de cursos de duração de dois anos, os chamados *colleges*, que são instituições pós-secundárias que conduzem a profissionalização ou pré-universitários.

De acordo com dados colhidos da Literatura, as universidades também apresentam distinções entre si, sendo instituições que se dedicam a pesquisa, e outras que somente oferecem cursos de graduação.

Concluindo, pode-se afirmar que as IES nos EUA dependem da União e dos estados no que concerne a sua orientação, definição das grandes metas, ou seja os objetivos nacionais da educação superior, e a garantia de financiamento.

No entanto, cabe aos dirigentes e os administradores das instituições a responsabilidade de buscar junto aos atores sociais a maneira mais eficaz e eficiente de alcançar os objetivos propostos, e através de programas de avaliação regulares e formais, prestar contas à sociedade.

Como foi acima exposta, a preocupação com o desempenho do sistema de educação superior nos EUA abrange a nação como um todo.

Similarmente aos sistemas de educação superior de outros países o sistema americano de educação superior passa por uma grande reforma visando principalmente a redução de apoio financeiro público por estudante, mudanças na demanda social como os tipos de serviços prestados pela educação superior à comunidade, alterações nas regras tradicionais do governo, e desafios às formas existentes de garantia da qualidade (Dill e Sporn 1995).

Os EUA é o país onde a experiência de avaliação institucional do ensino superior possui uma tradição, pois foi nos finais do século XIX, e inícios do século XX, que surgiram as primeiras propostas de avaliação. Apesar disso este país não dispõe de um sistema que englobe todas as IES (Kells, 1986).

Por razões da própria constituição americana, o governo central não interfere na educação, sendo esta uma responsabilidade dos Estados, e porque desde seu início os processos de avaliação se realizaram por iniciativa das faculdades profissionais ou as próprias universidades, que se associavam entre si em cada Estado.

Naquela época começaram a emergir preocupações com a qualidade do ensino, em algumas carreiras profissionais por parte das IES, principalmente no caso da medicina.

Inicialmente os métodos adotados foram a avaliação por pares (*peer review*), e o sistema de credenciamento, que era realizado por programas e não por instituições. Importa aqui destacar que o sistema de credenciamento por programas cobre hoje mais de cinquenta profissões (Kells, 1986).

O sistema de avaliação institucional e credenciamento, abrange todas as IES do país inteiro, por meio de seis associações regionais, gozando de uma autonomia e independência, com uma forte interação e cooperação entre si, adotando objetivos e procedimentos semelhantes.

O objetivo geral é o de verificar dentro do contexto de sua missão, o alcance dos padrões de desempenho, estabelecido por comum acordo entre os associados

da mesma região. Assim, a avaliação é realizada em dois momentos: uma avaliação externa precedida de uma auto – avaliação, sendo esta última uma prática desenvolvida a partir dos anos cinqüenta.

A avaliação é sempre realizada por meio de várias visitas de uma comissão externa composta por pares acadêmicos e de representantes de entidades da comunidade e profissionais. A comissão externa analisa e discute com os representantes da instituição avaliada o relatório resultante da auto – avaliação previamente por esta elaborado, principalmente os pontos considerados mais fortes e mais fracos na auto-análise.

O credenciamento pelas associações realiza-se por um tempo no geral de dez anos, sujeito a uma avaliação intermediária que na maioria das vezes acontece após cinco anos.

Vinculada ao processo avaliativo está ainda a autorização para a criação e funcionamento de novos cursos e programas de ensino que têm o propósito de oferecer graus ou diplomas.

A partir dos anos oitenta, devido ao crescente interesse demonstrado por parte do governo federal americano tanto na definição dos padrões de desempenho das IES, bem como dos programas e dos alunos, inicia um forte debate referente às vantagens e desvantagens de se manter as associações regionais de credenciamento versus a proposta de criação de uma associação ou agência nacional. Assim, além de uma auditoria acadêmica, as associações de regionais de credenciamento passam a dar maior importância e destaque à avaliação de resultados, incluindo a avaliação do desempenho dos estudantes. Considerando a perspectiva governamental esses indicadores ganham grande importância principalmente na tomada de decisões relacionadas com o apoio financeiro disponibilizado às IES e aos estudantes (Sousa, 1997).

Atualmente o sistema americano de avaliação institucional, baseia-se em três grandes componentes, que entre si se complementam:

a) **Supervisão do Estado:** em todos os Estados existe um processo de autorização para o funcionamento das IES, que vai desde autorizar a operação de uma instituição, até aos processos de aprovação de criação, implementação de novos programas e aferição de diplomas;

b) **Credenciamento pelas associações regionais:** o credenciamento realizado pela associação regional respectiva continua sendo a questão mais

importante do esquema de auto-regulação institucional dos EUA. A cada dez anos se realiza a avaliação das instituições, passando por uma revisão ao fim de cinco anos, incluindo uma análise da sua auto-avaliação, e uma avaliação externa;

c) **Iniciativas institucionais de avaliação e planejamento:** ao longo do tempo as IES americanas têm adotado cada vez mais procedimentos internos de avaliação dos programas de ensino, dos departamentos e dos alunos como forma de enfrentar as críticas e observações dos avaliadores governamentais, ou das associações de credenciamento. Desse modo esses processos avaliativos são realizados periódica ou permanentemente, podendo envolver ou não os avaliadores externos. Assim, as IES dispõem sempre de informações adequadas e atualizadas, e têm condições de conhecerem em tempo seus pontos fortes e fracos, e podem ainda desenvolver mecanismos de melhoramento, para a introdução de possíveis mudanças em seus programas.

De acordo com Elkhawas (1999), tradicionalmente o sistema americano rege-se de acordo com a política desenvolvida por cada estado onde as IES se inserem, o que leva a concluir que não existe um programa ou modelo único de avaliação institucional.

O maior enfoque dado pelas IES no processo avaliativo é a avaliação interna, sendo este um processo de longa tradição nas universidades daquele país (Weusthof, 1995). No entendimento deste autor, o objetivo da avaliação interna para as IES é principalmente de rever e melhorar seus programas acadêmicos.

Segundo Schuster, Miller e associados (1989), o processo é totalmente realizado pelos membros internos das instituições: membros do corpo acadêmico definem as questões a serem colocadas nos questionários, administram o processo todo, e mais importante, interpretam os resultados.

Segundo Barak e Breier (1990), e Ewell (1993), com o tempo estes processos de avaliação interna das universidades americanas foram ganhando uma forte credibilidade junto às comunidades tanto acadêmicas, como públicas, principalmente às organizações financiadoras.

Com efeito durante as últimas décadas os processos de avaliação interna serviram de subsídio para a realização dos processos de avaliação externa das universidades, realizados pelas agências governamentais, e outras instituições financiadoras.

Brennan, Elkhawas e Shah (1994), afirmam que a maioria das instituições licenciadoras profissionais confiam na avaliação interna como um elemento do seu processo de reconhecimento para os programas de educação.

Pelo exposto constata-se que o grande enfoque do processo de avaliação institucional das IES americanas está principalmente nos programas de avaliação interna, pois seus resultados servem de base não só para o processo de avaliação externa, mas principalmente no que concerne a sua responsabilidade e ao valor do financiamento do seu funcionamento.

4.5 A Avaliação Institucional no Reino Unido

O sistema de educação superior britânico é recente. Embora conte ainda com instituições que remontam os séculos XII e XIII, sua estruturação aconteceu após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Perellon (1998), este sistema passou de um sistema elitista para um sistema aberto a novos grupos sociais, a partir da publicação do Informe Robbins em 1963. O autor afirma no entanto que a transformação do sistema não aconteceu no contexto universitário de acordo com as recomendações do Informe, mas por meio da criação de um sistema paralelo que são os politécnicos.

Até 1988 os politécnicos ficaram sob responsabilidade das autoridades locais de educação tendo sido nesta mesma data lhes instituído pelas autoridades políticas centrais sua autonomia.

Assim, o sistema de educação superior britânico foi um sistema binário, até 1992, época de sua unificação, formando parte da mesma estrutura, dispondo dos mesmos direitos, e financiados com fins comuns (Sguissardi, 1999).

De acordo com Eustace (1998), é um sistema com instituições predominantemente privadas, com uma orientação homogênea e com uma autonomia institucional, financiadas fundamentalmente por fundos públicos. O autor afirma que são instituições seletivas um alto padrão de qualidade de ensino e pesquisa.

Embora se tenham multiplicado nas últimas duas décadas, as IES britânicas apresentam atualmente um contraste entre as de alto prestígio, e as que resultaram da transformação dos politécnicos em universidades que gozam de um prestígio menor.

A perspectiva da reforma é a busca da qualidade, enfatizando a mudança dos padrões de desempenho, tornando-os adequados às exigências da comunidade europeia, das transformações demográficas e sociais, que provocaram problemas e diversidade na sociedade britânica, considerando o grande problema social observado mundialmente, que é o desemprego.

O governo britânico supõe, segundo Da Silva (1994), que os resultados devem além de serem registrados na vida escolar dos alunos, constar num documento resumo sobre as realizações do aluno ao longo do tempo em que frequentou a escola, registrando todos os seus feitos, assistindo-o e encorajando o seu progresso, orientando-o quanto ao seu progresso e oportunidades.

Esse documento será aceito e reconhecido pelos futuros empregadores e outros que o venham a usar. Assim se constituiu um comitê dirigente nacional que monitorou esse esquema.

O sistema tem conseqüências no financiamento das escolas, que adquirem mais autonomia, e mais responsabilidade. Os pais escolhem as escolas que preferem, baseados nos resultados da avaliação. Da Silva (1994) afirma que não existem estimativas dos resultados das transformações do sistema britânico, no entanto destaca-se a importância atribuída à avaliação, a criação de um padrão nacional de qualidade, e a competição por meio da excelência.

Os processos de avaliação do ensino superior realizado na Inglaterra são basicamente orientados numa filosofia política instituída partindo da tomada de poder pelo Partido Conservador em 1979.

A política econômica adotada pelo Partido Conservador fundamentalmente neoliberal, que pressupunha uma redução nos gastos públicos e o desenvolvimento da economia de mercado levando dessa forma as IES a procurar seus recursos financeiros junto a fontes não governamentais, e, ao mesmo tempo passassem a prestar contas ao Estado bem como à sociedade sobre a utilização desses recursos bem como o seu desempenho respeitando principalmente os seguintes princípios: economia e eficiência no uso dos recursos, e eficácia no resultado dos objetivos das IES, conjugados com os departamentais e individuais adquirida através de planejamentos e estratégias (CVPC, 1985).

Dessa forma diminuiu a intervenção direta do governo no financiamento da educação superior no país, resultando numa administração do ensino superior do tipo empresarial e de economia de mercado, Lee e Piper (1988).

No entendimento dos referidos autores, a diminuição da dependência financeira gerou outras responsabilidades para as IES, pois embora passassem a gozar de uma maior autonomia institucional, foram reforçados os procedimentos da prestação de contas junto as novas fontes de recursos. Nesse âmbito são elaborados os indicadores de desempenho para avaliar a qualidade do sistema de educação superior britânico.

Atualmente o processo de avaliação institucional nas IES da Inglaterra é conduzido pela Agência da Garantia da Qualidade na Educação Superior (AAQ).

A AAQ tem a missão de promover ao público que a qualidade das condições de ensino, pesquisa e extensão, bem como os padrões dos diplomas fornecidos pelas IES são salvaguardados e de destaque. Criada em 1997, para promover um serviço integrado de garantia de qualidade para o ensino superior do Reino Unido, a agência é um corpo independente fundado por subscrições das universidades e instituições de ensino superior, e através de contratos com as principais entidades financiadoras.

A principal atividade da AAQ é de avaliar a qualidade e os padrões da educação superior nas universidades e IES. O processo é composto de auditorias às atividades institucionais referentes à gestão e da qualidade e padrões, incluindo o planejamento dos programas de colaboração com parceiros do exterior, e avaliando a qualidade e os padrões de ensino e aprendizagem em relação as matérias oferecidas.

O trabalho realizado resulta em relatórios disponíveis ao público, elaborados na forma de publicações e nas páginas de internet da própria agência.

Para cumprir a responsabilidade de elaborar um sistema que integre avaliações previamente conduzidas separadamente em um nível institucional e de programas, a agência tem seguido consultorias extensivas, desenvolveu um novo método de avaliação da qualidade, recomendado pelas principais entidades financiadoras. Espera-se que o novo método seja adotado na Escócia e no país de Gales no início do próximo ano letivo de 2000 – 2001, e na Inglaterra e Norte da Irlanda a partir de janeiro de 2002.

Uma outra atividade realizada pela agência envolve assessorias ao governo nas atribuições de prêmios aos cursos de graduação, e aos títulos universitários; licenciar as agências que validam o acesso aos cursos do ensino superior em todo o país, e na avaliação dos mecanismos da garantia de sua qualidade.

Concluindo, pode-se afirmar que embora também sejam realizadas visitas por especialistas externos às instituições, incluindo todos os setores em processo de avaliação, constata-se que o grande enfoque do processo no Reino Unido está no desempenho organizacional, nos resultados da avaliação interna, e na definição de padrões de ensino e aprendizagem.

4.6 A Avaliação Institucional no Brasil

De acordo Sobrinho (1995), as primeiras discussões sobre a avaliação institucional no Brasil, tiveram seu início na década de 1980, pela da comunidade científica brasileira, dos movimentos docentes, agências governamentais ligadas à educação superior, apresentando-se motivos e razões diferentes, não sem resistências. Principalmente as universidades públicas brasileiras discutiam que a avaliação se tornava necessária, para se poder cumprir com o princípio da transparência, isto é, a prestação de contas à sociedade e ainda como forma de reforçar a presença da instituição pública no Brasil, diante das ameaças constantes de privatização.

Desta forma a avaliação institucional ficou ligada à crise da universidade, onde principalmente as públicas são cada vez mais ameaçadas, porque não têm conseguido responder de forma satisfatória às exigências do mercado e sociedade brasileiros. Assim, o processo avaliativo aparece como uma forma de as universidades públicas justificarem sua presença no seio da sociedade brasileira. O período foi difícil, as questões levantadas eram complexas de serem respondidas, igualmente o que aconteceu noutros países foram desenvolvidos muitos debates e discussões, tendo o processo ganho mais consistência a partir do início da década de 1990. Nesse período, a discussão sobre a avaliação passou a ter outra ótica: não só como instrumento de justificar a presença das universidades públicas e de prestação de contas à sociedade, como também ligada à qualidade e autonomia (Sobrinho1995).

No período 1993-94, as iniciativas das universidades brasileiras passaram a ter o apoio político através do MEC, pois pelo menos 71 universidades submeteram seus projetos de avaliação à Secretaria de Estado do Ensino Superior (SESU), do MEC para participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB.

Este foi um marco histórico no processo de avaliação institucional, pois de acordo com Ristoff, citando Sobrinho e Balzan (1995, p. 39) “as universidades públicas brasileiras só conseguirão sobreviver se tiverem a consciência de que a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, precisa ser garantida em três frentes de luta, e que tal luta nas três frentes tem de se dar concomitantemente..., a frente política, a frente acadêmica e a frente administrativa”.

O autor afirma que “qualquer concepção que encare apenas uma ou duas destas frentes como suficientes, está fadada ao fracasso”. Partindo desta observação, o projeto da avaliação institucional, que no início foi proposta da ANDIFES e depois pela Comissão Nacional de Avaliação, é composta por representantes de toda a comunidade universitária nacional.

O PAIUB, é constituído pelos seguintes princípios: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não punição ou premiação, adesão voluntária, legitimidade e continuidade, que norteiam cada um dos projetos de avaliação institucional das universidades brasileiras.

De acordo com a Comissão Nacional de Avaliação (1994), foi elaborada e implementada uma metodologia de avaliação para as universidades que ocorreu por etapas, de acordo com as realidades locais, com desenvolvimento simultâneo interdependente complementar, de forma harmoniosa, considerando as características do projeto de avaliação de cada instituição de ensino superior.

A metodologia utilizada foi enfatizada no ensino de graduação, sem excluir aspectos relativos ao conjunto da instituição. Os cursos de graduação foram enfocados na metodologia utilizada no processo, principalmente porque existe uma forte abrangência dentro das instituições com grandes efeitos multiplicadores e desdobramentos na sociedade, a necessidade de se construir uma cultura institucional participativa da avaliação como instrumento permanente de aperfeiçoamento das universidades.

Os problemas que pudessem ser identificados nesta área, poderiam ter impacto imediato nas instituições e como consequência a nível externo por meio da formação dos profissionais cujas funções passariam a ser desempenhadas da melhor forma. Além disso, outras atividades como a pós-graduação e a pesquisa já tinham experiência de procedimentos avaliativos, por meio da CAPES.

Um outro aspecto importante ligado à metodologia de avaliação foi a auto avaliação (avaliação interna), e a avaliação externa, para as quais foram criadas

comissões de avaliação interna e externa, onde a externa conta com a participação dos agentes externos membros da sociedade.

Por outro lado, foi criada recentemente no Brasil, a legislação Federal sobre a avaliação, a Lei N°9131, de 24 de novembro de 1995, alterando dispositivos da Lei N°4024, de dezembro de 1961, que define o papel de formulador e avaliador da política nacional de educação, cabendo ao MEC, também o papel de “zelar pela qualidade de ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem” (Art. 1°). No art. 3° da mesma Lei prevê-se a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, “fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Neste último artigo é que se estabelecem os Exames de Cursos - o “Provão”. Este exame passou a ser condição para obtenção do Diploma de conclusão, pelo graduado, e a sistemática é considerada, no último parágrafo do artigo citado, como parte da avaliação dos cursos de graduação (Trigueiro, 1998).

Com todas as implicações que esta decisão do governo possa ter, não deixa de ser um indicador da preocupação das autoridades de educação superior do Brasil, visando estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior no país.

Finalizando, pode-se afirmar que a Avaliação Institucional realizada em Instituições do Ensino Superior nos diferentes países presentes neste estudo revela que os modelos e sistemas adotados respeitam principalmente a orientação política dos países, bem como os objetivos dos programas educacionais. A melhoria da qualidade do ensino superior, bem como a transformação das universidades em centros de excelência está presente nos casos apresentados, bem como a grande preocupação em mostrar à sociedade a eficiência da utilização dos recursos disponíveis. Tratando-se de um processo que acompanha o desenvolvimento dos programas do ensino superior oferecido, e conseqüentemente as mudanças contínuas da realidade os diferentes sistemas de avaliação Institucional serão sempre transformados, como é o caso do Reino Unido. Mesmo diferentes e respeitando realidades diferentes todas as experiências apresentadas buscam a qualidade do ensino superior oferecido.

Procurou-se com este capítulo trazer algumas experiências da avaliação institucional nos países escolhidos para o estudo, permitindo assim um melhor

entendimento sobre o capítulo a seguir que apresenta algumas similaridades da avaliação institucional nas diferentes realidades.

Concluindo, destacou-se neste capítulo algumas experiências de Avaliação Institucional desenvolvidos em alguns países, considerando os mais relevantes para este estudo, especificamente a Holanda como uma das pioneiras na Europa, Moçambique aonde se vem verificando iniciativas de avaliação, apesar de não formalizadas como um sistema num nível nacional, como é o caso dos outros casos abordados. Seguidamente a Avaliação Institucional da Argentina, dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Brasil, principais locais de estudo desta pesquisa.

Apesar de todas as experiências aqui apresentadas, pertencerem a países com realidades políticas sócio econômicas diferentes, existem pontos comuns no que se refere aos objetivos da Avaliação Institucional, que é nada mais nada menos do que a busca da qualidade do Ensino Superior oferecido de acordo com as exigências das sociedades em que elas se inserem, tendo em conta as mudanças verificadas por consequência do desenvolvimento tecnológico, e o papel da Educação Superior na melhoria da qualidade de vida.

V Resultados e Similaridades da Avaliação Institucional

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos durante a pesquisa, descrevendo a realidade dos processos da avaliação institucional em cada um dos países estudados.

A caracterização dos processos de avaliação foi realizada partindo das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa.

Primeiramente serão apresentadas, as características gerais das instituições estudadas, considerando a história realidade local onde as instituições se encontram inseridas, bem como a cultura e a natureza do ensino superior; seguidamente o impacto do processo de avaliação institucional, tendo em conta as quatro funções das IES: ensino, pesquisa, extensão e gestão, as mudanças advindas da avaliação institucional nas IES dos países estudados.

Em seguida, assim serão apresentados os resultados da pesquisa, compostos de três grandes perguntas, sendo elas:

- a) Qual o significado da Avaliação Institucional do Ensino Superior?
- b) Que impacto a Avaliação Institucional oferece para a universidade?
- c) Quais as mudanças e perspectivas advindas da Avaliação Institucional?

5.1 A Universidade Nacional Del Nordeste

A Universidade Nacional del Nordeste (UNNE) foi criada em 1956, em função do contexto econômico, social e cultural da região abrangida pelas províncias de Corrientes, Chaco, Formosa e Misiones.

Dado o desenvolvimento e a expansão da região do nordeste argentino, a universidade aparecia como uma necessidade fundamental, para superar a dependência em matéria de estudos superiores, e como resposta à demanda referente à pesquisa científica e formação de professores e técnicos qualificados, (UNNE 1960).

A Universidade foi estabelecida por uma estrutura de institutos e organismos dependentes da universidade do litoral e da universidade nacional de Tucumán, que foram estabelecidos com suporte legal, econômico e moral dos governos provinciais.

Desde a sua formação a UNNE assume um caráter distintivo em ser uma universidade regional, com um mandato explícito, o seu compromisso com as necessidades e demandas desta região do país.

A UNNE tem como missão enquanto instituição universitária buscar soluções dos problemas que afetam a comunidade da região onde ela se insere, mantendo sempre a cultura nacional, considerando o aspecto formativo, criador e social.

Ao longo de sua história, a UNNE se estendeu criando duas outras instituições autônomas, sendo: a Universidad Nacional de Misiones criada em 1974, e a Universidad Nacional de Formosa estabelecida em 1988, mantendo sempre seu caráter regional.

O seu compromisso com a região onde ela se insere foi-se renovando e redefinindo de acordo com as transformações e mudanças acontecidas nos cenários políticos, sócio-culturais e econômicos nacionais e internacionais. Desta forma, atualmente se reconhece e se pode assumir a necessidade de participar com as províncias vizinhas no seu processo de integração no MERCOSUL, como foi declarado pelo atual Reitor, Dr. Adolfo Domingo Torres, quando assumiu o cargo em 1994:

“A UNNE deve trabalhar para converter o povo da região no elo principal de seu próprio crescimento, que nesta era do conhecimento, a principal ferramenta de desenvolvimento é o aproveitamento do saber e deve tomar consciência de sua capacidade transformadora e condição de servidora à sociedade que a mantém (...) Este é pois o compromisso prioritário a ser assumido pela gestão (...) Universidade voltada à solução dos problemas regionais, e contribuindo eficazmente para o desenvolvimento da região” (UNNE, 1998, p.5).

Inicialmente, e correspondendo às demandas da região, a UNNE foi constituída pelas seguintes faculdades e serviços: faculdade de agricultura, escola de direito, escola de medicina, instituto de medicina regional, instituto de planejamento e habitação, instituto agrotécnico, instituto de estudos econômicos, escola de humanidades, e departamento de extensão universitária.

Atualmente, a UNNE apresenta uma organização dividida em duas estruturas: o setor administrativo que inclui as secretarias gerais de academia da ciência e técnica, de extensão universitária, de planejamento e de assuntos sociais, e o setor acadêmico que se estendeu a outras áreas científicas tais como: institutos de criminalísticas e criminologia, direção de bibliotecas, medicina regional, relações

laborais, comunicação social e turismo, administração de empresas agropecuárias, comércio exterior e economia agropecuária, as Faculdades de Agroindústrias, de Arquitetura e Urbanismo e Artes Visuais, de Ciências Agrárias e o Instituto de Botânica do Nordeste e a escola regional de Agricultura, Granja e Indústrias afins, de Ciências Exatas e Naturais, de Ciências Econômicas, de Direito e Ciências Sociais e Políticas, de Humanidades de Engenharia, de Medicina, de Odontologia, e de Ciências Veterinárias.

De acordo com a informação recolhida por meio da página da WEB da UNNE os diferentes setores da universidade estão distribuídos entre os municípios da região onde esta se localiza.

A UNNE é dirigida por um Reitor e um Vice-Reitor, bem como pelos dirigentes dos setores administrativo e acadêmico. O processo de avaliação iniciou entre 1995 e 1998, com a avaliação interna, tendo seguido posteriormente com a avaliação externa no período de 1998 a 1999. É uma atividade coordenada pela Secretaria de Planejamento que avalia o cumprimento das metas estabelecidas no processo de avaliação, não constituindo, no entanto, a uma atividade permanente, embora esta seja uma idéia presente nas IES que ainda não foi concretizada.

Considerando o aperfeiçoamento e decisões sobre os programas oferecidos pelas instituições de ensino superior, buscou-se melhorar a eficiência dos programas em curso, as tomadas de decisões, em um nível de corpo acadêmico e melhorar o sistema administrativo. Nesta área ressaltam-se as ações de melhoramento no setor financeiro, com a introdução de novas técnicas de controle da gestão financeira tornando-a mais eficaz, permitindo a aquisição de recursos e aplicá-los a programas substantivos.

Uma das grandes preocupações do sistema de avaliação desenvolvido na Argentina é diagnosticar a qualidade de ensino, que resultou na necessidade de análise dos programas curriculares. Para a realização do processo avaliativo, as IES buscam recursos financeiros de várias fontes, podendo ser nacionais (governo, através do Ministério de Educação), ou provenientes de organismos internacionais (UNDP, o Banco Mundial, etc.).

Os recursos humanos são constituídos e criados durante o processo, isto é, composto por membros das instituições que participam em programas de preparação para o processo.

De um modo geral o processo é aceito nas instituições na sua totalidade por todos assumirem tratar-se de um novo contexto das IES. Tanto em nível da reitoria, bem como de alguns programas acadêmicos pode-se dizer que o processo de avaliação institucional foi assumido como uma necessidade das IES, o que é relativo em nível das unidades acadêmicas.

A avaliação nesta universidade cobriu diversos aspectos e teve diversos enfoques – (houve diversidade e pluridade de enfoques)- alguns se concentraram no ensino, outros na vinculação com a sociedade, e outros se concentraram na eficiência organizacional.

Por diversas vezes se afirmou que as universidades se encontram numa encruzilhada de legitimidade e que não só estão sendo questionadas pelos governos, como também perderam parte de seu prestígio público.

a) O Significado da avaliação Institucional na UNNE: para a UNNE a avaliação é concebida como um processo dinâmico, integral, institucionalizado, permanente, e orientado para o melhoramento da qualidade.

É um processo dinâmico de construção metodológica, tendo como objeto de estudo a realidade universitária que é complexa e em mudança. No entanto o processo está condicionado de algum modo, às possibilidades que oferece a realidade institucional do momento, aos interesses em jogo e os espaços de ação abertos.

A avaliação é integral porque foi concebida como um processo que envolve todos os setores e aspectos que integram a UNNE. Ou seja, o objetivo é produzir uma visão global, incluindo aspectos acadêmicos, de pesquisa, extensão e gestão e sua relação com o contexto em que ela se insere.

b) O impacto da Avaliação Institucional na UNNE: o processo de avaliação institucional na UNNE teve um impacto forte principalmente ao nível do corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico administrativo, e da sociedade em geral. Surgiu como auto-avaliação para toda a instituição numa relação entre o técnico e o político, por um certo consenso entre os diversos autores e perante uma forte necessidade de mudança, originada pelos avanços observados no conhecimento e na tecnologia. Apareceu como uma estratégia fundamental para o melhoramento, para o planejamento estratégico e para o controle de gestão.

Ao nível do corpo docente foi possível constatar que havia uma percentagem muito baixa de professores com cursos de pós-graduação. Esta situação vem-se revertendo nos últimos anos após o processo avaliativo, na medida em que aproximadamente quatrocentos docentes encontram-se freqüentando cursos de pós-graduação nas áreas determinadas como prioritárias para o desenvolvimento da pesquisa nas instituições.

Embora a administração das IES da Argentina, conte com a participação ativa dos membros do corpo docente, seu benefício resultante do processo avaliativo foi muito reduzido, e somente influenciaram na melhoria das práticas docentes. Ao nível do corpo técnico administrativo, a avaliação provocou uma tendência à profissionalização das funções administrativas, realizando programas de capacitação profissional, como por exemplo a aceleração na informatização administrativa.

Um aspecto importante do impacto do processo de avaliação institucional nas IES foi a constatação da fraca articulação com a sociedade. O processo avaliativo contribuiu para o surgimento de no mínimo trinta programas de vinculação tecnológica, de assistência técnica, de apoio às organizações sociais, etc.

c) As mudanças e perspectivas advindas da Avaliação Institucional na UNNE: a partir do processo de avaliação institucional surgiram novos programas de pós-graduação e iniciou um programa para implementação de mudanças curriculares, visando melhorias na qualidade do ensino.

No âmbito da pesquisa científica foram registradas melhorias na definição de critérios e dos procedimentos para aquisição de fundos para projetos científicos. A atividade cresceu significativamente.

A multiplicação dos programas de extensão foi através do esforço desenvolvido pela administração das IES, mas também uma ação resultante do processo de avaliação. No entanto, as unidades de ensino conservaram uma dinâmica endogâmica tradicional.

Em relação a disponibilização de recursos iniciou-se um processo de racionalização do uso e atribuição de recursos permitindo o desenvolvimento de novos projetos.

O acesso ao mercado de trabalho não melhorou muito pois houve uma diversificação da oferta na academia. Importa ainda destacar que a variável emprego

no caso da Argentina, não depende da oferta de recursos provenientes da universidade.

Ao nível da administração mudanças nos procedimentos foram notórias, principalmente em questões relacionadas com a informatização deste setor. Foram ainda introduzidos novos mecanismos de auditoria.

O processo de tomada de decisões tornou-se mais simples em relação ao corpo docente e do governo das IES, bem como houve um aceleração, facilitando ações de melhoria no atendimento às necessidades da sociedade em geral.

A avaliação institucional apesar de ter posto em evidência as limitações das universidades provocou também uma forte reação positiva para melhorar. Referindo-se às unidades de ensino foram registradas melhorias nos cursos de pós-graduação, e no perfil acadêmico dos professores. A crítica às práticas pedagógicas vigentes fez com que os professores se preocupassem muito mais com os métodos e qualidade do ensino. Nos departamentos se fortaleceram a investigação e o acesso aos cursos de pós-graduação para todos os docentes.

Em relação aos recursos financeiros, buscou-se novas fontes de financiamento a partir de projetos institucionais, de investigação, de extensão e de serviços.

Concluindo, a partir da avaliação institucional foi possível verificar uma transformação das instituições, referente a sua abertura ao mundo, criando possibilidades de participação nos programas de cooperação internacional (estudantes e professores em cursos no exterior), e permitindo também a internacionalização das próprias instituições (professores visitantes ministrando cursos em período anual dentro das instituições argentinas).

5.2. A George Washington University

A Universidade George Washington é uma instituição localizada no coração de Washington D.C. que foi fundada em 1821 e licenciada pelo Congresso Nacional norte-americano, e constitui a maior IES da capital dos EUA.

Embora seja uma universidade com mais de 175 anos, ela continua gerando energias criativas quebrando as fronteiras entre disciplinas e a divisão entre a academia e o mundo.

De acordo com o depoimento do Presidente desta universidade, ela oferece mais de 100 cursos de graduação, cursos de pós-graduação e de programas profissionais, que são a porta principal para o mundo de Washington – a centros políticos e de pesquisa que movimentam os EUA e o mundo.

Além disso a universidade oferece cursos de mestrado em medicina pública, e educação de museus, bem como estão disponíveis em seus campus cursos especializados em alta tecnologia e de negócios. O departamento de programas da universidade oferece uma série de opções em educação contínua.

Atualmente a universidade conta com um total de 20.000 alunos, dos quais 8.000 são de graduação, e acima de 10.000 pertencentes aos cursos de pós-graduação, cursos profissionalizantes e ainda 1.600 estudantes matriculados em cursos de especialização. Os estudantes são provenientes dos 50 Estados do país e ainda de 135 países, e estão distribuídos em 8 unidades acadêmicas: escolas que oferecem os mais variados cursos: escola de Artes e Ciências, de Medicina e Ciências de Saúde, a escola de Direito, escola de Engenharia e Ciências Aplicadas, escola de educação e Desenvolvimento Humano, e a escola de Negócios e Administração Pública.

A universidade George Washington tem como missão valorizar uma comunidade enfocada no aluno estimulada pela diversidade cultural e intelectual, e de construir uma fundação de integridade, criatividade e abertura a exploração de novas idéias. Comprometida com a excelência na criação, disseminação e aplicação do conhecimento, a universidade concentra-se no contexto nacional e internacional da cidade de Washington D.C. Para promover o processo de aprendizagem com uma perspectiva global e integrado, a universidade oferece um ambiente intelectual e estimulante para seus estudantes e professores provenientes de diversas culturas. Procurando sempre a excelência no processo de ensino, a universidade oferece experiências de aprendizagem de alto nível para estudantes a tempo inteiro e parcial nos seus programas de graduação, pós-graduação e profissionais, em Washington D.C. no país e no exterior.

O processo avaliativo nesta universidade, bem como na maioria das universidades americanas é realizado periodicamente a cada seis anos. Inicia com atividades de revisões internas (auto-avaliação) desenvolvidas pelos membros das IES, que elaboram relatórios destacando o nível dos programas de ensino

oferecidos, tendo como principal preocupação o reconhecimento de seus cursos ao nível das IES locais e nacionais, bem como da sociedade em geral.

Cada unidade acadêmica submete-se a um processo de avaliação interna a cada cinco ou seis anos. São realizados estudos sobre o funcionamento de cada curso, que contam com a participação ativa dos estudantes que estão envolvidos no processo avaliativo ao corpo docente, observando principalmente a qualidade das práticas pedagógicas.

O processo de avaliação interna *internal review*, privilegia a pesquisa desenvolvida pelas IES, onde cada estudo de pesquisa é submetido a um processo de avaliação por pares *peer review*, bem como é avaliada a gestão dos recursos disponibilizados.

Cada IES nos EUA, custeia seus próprios gastos durante o processo de avaliação, referente a disponibilização de recursos técnicos, e econômicos (infraestruturas, recursos humanos e financeiros).

Seguido do processo de avaliação interna, segue-se o processo de avaliação externa que é conduzido por meio de visitas de agências de credenciamento, às IES, emitindo juízos sobre a qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão, que constituem as principais funções nos EUA.

a) O significado da Avaliação Institucional na George Washington University: Embora o processo de avaliação seja uma rotina na universidade, dado o papel relevante que ocupa no país, as reações internas ainda são evidentes e entendidas como imposição:

"várias agências externas impõem padrões e enviam grupos para visitas".

"Imposição de padrões por parte das agências externas que enviam especialistas para visitas".

Com estas declarações conclui-se que a avaliação ainda é entendida como uma obrigação.

b) O impacto da Avaliação Institucional na George Washington University: Apesar das IES americanas realizarem seus processos avaliativos periodicamente e já com certa tradição existe sempre um impacto resultante dessas atividades. No entanto, os padrões de nível acadêmico continuam sendo impostos pelas agências externas durante suas visitas às IES. Dessa forma a avaliação institucional continua sendo

entendida como uma obrigação, embora exista a consciência de sua necessidade objetivando o alto nível da qualidade do ensino proporcionado à comunidade americana.

Ao nível do corpo docente aumenta a consciência e esforço no alcance de altos padrões de ensino e aprendizagem, bem como da pesquisa.

Para os alunos aumenta a segurança de que os graus obtidos serão reconhecidos por outras instituições, empregadores, tanto a nível nacional, como internacional.

Referente ao corpo técnico administrativo e da gestão da instituição confirma-se o alto nível de programas e cursos oferecidos.

Para a sociedade americana o processo avaliativo cria expectativas sobre o futuro dos egressos referente ao seu desempenho na prática.

c) As mudanças e perspectivas advindas da avaliação Institucional na George Washington University: O processo de avaliação institucional nas IES dos EUA, por ser já uma prática tradicional, não interfere muito no seu funcionamento. No entanto, verificam-se algumas situações, por exemplo, em relação à qualidade da pesquisa científica, na medida em que estabelece e cria procedimentos adicionais como forma de alerta a certos serviços prestados pelas unidades.

Nesse contexto o resultado do processo avaliativo continua servindo de ponto de referência no acesso ao mercado de trabalho, pois os egressos haveriam de sofrer em caso de perda de crédito, ou *status* por parte das IES.

Os resultados do processo avaliativo interferem em muito pouca escala nos processos de tomada de decisão, limitando-se simplesmente a trazer assuntos extras para debate.

Apesar disso, as instituições seguem as linhas definidas pelas agências responsáveis pela condução do processo avaliativo, da auditoria financeira, mesmo em caso de preferências referente aos métodos de avaliação adotados.

Referente aos cursos e departamentos, nos EUA as IES desejam sempre estar certos e convictos que seu corpo docente ativo correspondam aos padrões por elas definidos, bem como boas condições de estudo, (bibliotecas com acervos atualizadas, informatizadas, laboratórios bem equipados dispendo de materiais que possuam a mais alta tecnologia, etc).

Concluindo, embora todas as IES tenham assumido a necessidade de periodicamente serem submetidas a processos de avaliação institucional como diagnóstico na manutenção da qualidade do ensino e programas oferecidos, bem como a qualidade da pesquisa científica, ou seja, existe uma consciência, a cultura da avaliação ainda não está instalada na sua totalidade, em virtude de não haver concordância na forma como são tomadas as decisões acadêmicas.

5.3 A avaliação Institucional no Reino Unido: A Agência de Garantia da Qualidade (AAQ)

A AAQ realizou durante os anos de 1998 e 1999, o processo de avaliação institucional em duas regiões do Reino Unido: na Inglaterra, e na Irlanda do Norte. A pedido do Governo, a agência conduziu o processo avaliativo com o objetivo de produzir informações sobre critérios para graduação e títulos universitários. A agência atua nas três regiões do Reino Unido: Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales, sendo que o processo realizado cobriu somente 235 instituições da Inglaterra e da Irlanda do Norte.

Assim, foi estabelecido um esquema incluindo aspectos sobre o reconhecimento e licenciamento, e foi definido um programa de revisões a ser realizado por agências autorizadas que aprovam o acesso à educação superior e emitem certificados de reconhecimento nacional.

O processo avaliativo envolve toda a comunidade acadêmica, e tem como objetivo principal analisar até que ponto as matérias oferecidas possuem coerência e identidade, sobre a capacidade intelectual e entendimento os alunos podem alcançar, as técnicas e perfis que o estudo de uma matéria deve desenvolver, e o nível da demanda intelectual e desafio que é apropriado para honrar o estudo de graduação. Sobretudo estes atributos devem ser expressos numa linguagem acessível e destacar aqueles perfis que são transferíveis para o emprego e outros fins não acadêmicos. Um dos trabalhos mais relevantes desenvolvidos pela agência em conjunto com as IES foi o de desenvolver formas de expressar os padrões de qualidade do ensino, visando principalmente o seu acesso e torná-los explícitos para toda a comunidade.

a) O significado do processo de Avaliação Institucional: O público se preocupa com os padrões acadêmicos. Funcionários, pais e potenciais alunos precisam ter a

confiança de que altos padrões são estabelecidos pelas universidades e “Colleges”, e que estes são alcançados pelos estudantes. Todos os atores sociais desejam saber como esses padrões estão relacionados com suas necessidades em pessoal qualificado, para o sucesso das carreiras profissionais, e para realização pessoal.

O Reino Unido é observado como um líder mundial no desenvolvimento de sistemas de garantia da qualidade para a educação superior e o trabalho da AAQ referente aos padrões promove um ponto de referência para muitos outros países. No ano de 1998 a agência recebeu visitas provenientes de 26 países, e enviou preparou palestrantes para 17 conferências e seminários no exterior.

É um dos poucos países do mundo que aceita a responsabilidade pela qualidade e padrões dos programas acadêmicos que são exportados por meio dos parceiros estrangeiros.

A regionalização e a globalização da educação superior traz consigo uma necessidade de garantir comparabilidade de padrões de ensino entre países, para facilitar o progresso dos estudantes e um reconhecimento mútuo de qualificações.

b) O impacto da Avaliação Institucional: A AAQ conduziu mais de 250 processos de avaliação o que confirma o reforço profundo do ensino superior em todo país, no sentido de alcançar um alto padrão de qualidade dos programas oferecidos à sociedade.

O envolvimento do corpo acadêmico foi massivo, sendo que mais de 300 membros de quase 100 universidades tiveram uma participação ativa. Igualmente no caso dos estudantes funcionários e membros de setores externos parceiros das IES também tiveram uma participação notável. Eles ofereceram seu tempo livremente, sem impor muita resistência, o que demonstra que os trabalhos de avaliação institucional prosseguirão com um sistema que assegure a autonomia, bem como subsidie todos que com ela se envolvam.

A maioria das IES conseguiram obter notas altas em todos aspectos do processo avaliativo. Inevitavelmente existem aquelas que brevemente poderiam ser eliminadas. Para estes casos foi recomendado o melhoramento da qualidade das oportunidades do ensino e aprendizagem oferecidas aos alunos e a manutenção dos padrões.

Atualmente todas as IES se preocupam em obter altos padrões de ensino e aprendizagem e para isso lutam por promover boas práticas pedagógicas a nível interno.

c) As mudanças e perspectivas advindas da avaliação institucional: mudanças ocorreram no Reino Unido, tanto politicamente como socialmente. a AAQ funciona de um modo geral envolvendo todas as IES para isso é necessário que ela se adapte e tenha a sensibilidade suficiente sobre essas mudanças ocorridas no país, principalmente no que concerne ao processo de tomada de decisões que tem um potencial que leva a diferentes políticas em diferentes partes do Reino Unido.

Por essa razão torna-se importante que haja uma consistência nos padrões acadêmicos no país inteiro, e uma aproximação comum da garantia desses padrões.

No entanto, existe espaço para acomodar as distintas características e prioridades do ensino superior nas diferentes partes do Reino Unido. As diferenças a nível nacional não devem ser vistas como uma barreira ou problema, e sim como uma manifestação de diversidade e inovação que sempre foi o ponto forte da educação britânica.

A AAQ espera poder trabalhar com todos seus parceiros para assegurar que a futura implementação de novos métodos de avaliação da garantia da qualidade seja bem sucedida e assim demonstrar que o Reino Unido continua na liderança na promoção de garantia pública da qualidade e padrões da educação superior.

5.4 A Avaliação Institucional no Brasil: a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS)

O estudo realizado pela Coordenadoria Interdisciplinar de apoio ao Ensino Universitário – CIAEU, deu origem ao PAIUFRGS, em resposta ao primeiro Edital PAIUB/SESU/MEC, de 1994. O principal objetivo do PAIUFRGS foi o de repensar a universidade numa perspectiva rumo ao século XXI. Assim o programa serviu de base para se organizar, sistematizar e melhorar as diversas iniciativas de avaliação que informalmente e assistematicamente já vinham sendo desenvolvidas dentro da universidade.

O programa visava a implementação e o desenvolvimento de um processo avaliativo em um nível institucional capacitado para orientar a universidade sobre o auto-conhecimento de suas potencialidades e desempenhos, buscando perspectivas inovadoras, estimulando a participação de todos em todos os setores da universidade. Implantado na universidade pela Comissão Central de Avaliação (CCA), presidida pelos Pró-Reitores de Graduação (PROGRAD) e de Planejamento (PROPLAN), e composta por Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, (PROPESP), Extensão (PROEXT) e, ainda, um representante do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa (COCEP).

A CCA tinha a competência de estabelecer a Política de Avaliação da Universidade, bem como de coordenar, fornecer dados e criar condições de implantação do PAIUFGRS, instituindo a Coordenação Executiva do programa de Avaliação (CEPAV), que deveria coordenar a execução das ações. A CEPAV em articulação com os Cursos promoveu a realização de atividades de sensibilização, encontros e seminários de forma a que o processo avaliativo fosse entendido, assumido e posto em prática. Ainda neste contexto foram criados nas Unidades os Núcleos de Avaliação (NAUs), que se articularam com a CCA e a CEPAV, tendo como foco inicial o ensino de graduação, elaborando diagnósticos para a avaliação interna e posteriormente a avaliação externa, bem a reavaliação de todo o processo. O programa envolveu toda a Comunidade Universitária no momento da avaliação interna e membros da sociedade como usuários, sindicatos, administradores, empresários, ex-alunos, cientistas no momento da avaliação externa.

a) O significado do processo de Avaliação Institucional: a experiência das avaliações assistemáticas vivenciadas pela Universidade, como por exemplo a avaliação das políticas de base da Universidade, a Avaliação da CAPES aos cursos de Pós-Graduação iniciada nos anos 80, a avaliação externa de 1997 realizada por uma Comissão de reitores europeus enfocando a qualidade das Universidades Gaúchas, os estudos sobre evasão escolar e a demanda dos cursos da UFGRS, permitiu que a idéia de se repensar a Universidade se tornasse coletiva dentro da Instituição. Dessa forma, o programa de avaliação teve bases sólidas para ser implantado e assumido por todos, buscando a melhoria dos programas oferecidos pela Universidade à sociedade.

b)O impacto da Avaliação Institucional: o processo avaliativo enfocou no início os Cursos de Graduação da Universidade, envolvendo toda a comunidade interna e externa da Universidade, passando por uma etapa de sensibilização através da realização de seminários, debates e workshops. Como forma de garantir a realização do processo democraticamente, foram criados nas Unidades os Núcleos de avaliação (NAUs), que em articulação com os outros comitês criados para coordenar o evento fortaleceram a estrutura de estimular o processo e ampliar as relações da Universidade, enquanto instituição aberta à sociedade, em suas dimensões regional, nacional e internacional, com as seguintes metas: provocar um processo de autocrítica da instituição, diagnosticar o ensino, pesquisa, extensão e gestão na Universidade, repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma universidade mais contextualizada, prestar contas à sociedade da ação da universidade e restabelecer compromissos com a sociedade, formulando fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação. De acordo com os dados obtidos a Universidade tinha em 1999 o envolvimento de 2.273 professores, 2.990 técnicos e 20.663 alunos no programa de avaliação, com 81% dos cursos com avaliação interna concluída, 53%com o processo finalizado, e 16% com a avaliação interna em andamento (PROPLAN-UFGRS, 1999). Neste processo as sugestões para a melhoria da qualidade quanto ao currículo foram: a atualização dos currículos para a sociedade e para o mercado de trabalho, bem como a atualização e enxugamento do conteúdo das disciplinas. Foi ainda sugerido o fortalecimento das interações com a empresa e a utilização de multimeios como um relevante instrumento de ensino. Referente ao Corpo Docente verificou-se a necessidade de se investir na sua qualificação por meio de cursos, inclusive didática, bem como uma maior integração dos professores nos cursos externos e internos de cada Faculdade ou Instituto. O aumento da publicação de livros didáticos e científicos e revistas foi outro ponto diagnosticado, assim como o controle efetivo das atividades de ensino pesquisa e extensão para regimes de trabalho em tempo integral, evitando-se assim a preferência por uma dessas áreas em detrimento das outras. Em relação ao Corpo Técnico –Administrativo sugeriu-se que fosse assegurada uma política de pessoal séria, que permitisse a profissionalização dos funcionários e o maior comprometimento para com a universidade. A busca de melhores condições de crescimento profissional, bem como a necessidade de aperfeiçoamento de pessoal de nível médio para a utilização em aulas práticas foi

também sugerido durante a análise deste setor. No que diz respeito à infra-estrutura foi apontada a necessidade de recursos específicos para a graduação relacionando-os com o material de laboratório, consumo, manutenção e equipamentos didáticos, a necessidade de recursos para renovação e atualização do acervo bibliográfico e do funcionamento de secretarias no horário noturno.

c) As mudanças e perspectivas advindas da avaliação institucional: foram destacados alguns resultados inovadores como a transição em direção a uma forma de ver os cursos de graduação em relação ao contexto global, o surgimento de uma análise relacional de dados, disciplinas, e cursos em relação à universidade. A interferência na rotina e no cotidiano da universidade, assim como a interferência na implementação das recomendações dos avaliadores externos na melhoria dos cursos, maior interação entre professores na análise de conteúdos e disciplinas afins, estímulo à reorganização dos cursos, e a auto-descoberta como resultado da auto-análise dos cursos e sensibilização para as diferenças. A realização do Seminário UFRGS Século XXI: Compromissos e Ações de dezembro de 1998, discutiu-se o futuro da universidade, questionando-se o papel da Universidade, seus problemas e suas potencialidades, já como resultado do processo de Avaliação Institucional, num nível de compromissos e ações balizadas pelo referencial da Conferência da UNESCO sobre o Ensino Superior. Discutiram-se metas e o seu alcance definindo as ações e um perfil institucional, a missão da Universidade para o novo milênio.

Neste item foram apresentados os resultados do estudo sobre as experiências internacionais de Avaliação Institucional do Ensino Superior conduzidas por algumas Universidades e IES respondendo às três grandes questões colocadas: O significado da Avaliação Institucional, o impacto da Avaliação Institucional e os resultados e perspectivas advindas da Avaliação Institucional verificados nas IES escolhidas para o estudo.

De acordo com as respostas obtidas aos questionários, bem como da análise dos dados secundários, constatou-se que a Avaliação Institucional tem um papel importante no Ensino Superior, especificamente nas IES estudadas, não só num nível governamental, mas também internamente na vida das Comunidades Universitárias. Embora em realidades e culturas diferentes o processo avaliativo é

aceito e visto numa perspectiva de diagnóstico sobre as potencialidades de cada setor universitário, e ainda como um indicador de necessárias melhorias nas questões mais fracas. Todas as IES pesquisadas foram estimuladas por forças externas para a realização de seus processos de Avaliação, por meio de seminários e workshops promovidos com o propósito de sensibilizar as Comunidades sobre a necessidade de ajustar o ensino e aprendizagem às exigências da sociedade, visando o alcance de altos padrões de qualidade. Apesar das resistências em alguns momentos, pois tudo que é novo gera mudança, e mudança, naturalmente não é aceita pacificamente dentro das organizações, o processo de Avaliação tornou as IES mais conscientes sobre a necessidade de utilização dos recursos de maneira eficiente e com eficácia.

Referente à questão sobre o impacto da Avaliação Institucional, destacam-se o desenvolvimento de alguns tipos e modelos de Avaliação, principalmente as auto-avaliações conduzidas internamente pelas Comunidades Universitárias e as avaliações externas conduzidas por grupos externos às Universidades e IES, embora de formas diferentes. No caso do Brasil e da Argentina o processo avaliativo é conduzido partindo dos princípios e metodologias propostas pelo PAIUB, e a CONEAU, enquanto que no Reino Unido o processo é realizado por uma Agência de Avaliação da Qualidade que é responsável por todo o processo. Nos EUA a Avaliação é da inteira responsabilidade das IES, cabendo a elas a sua organização e produção de relatórios a serem submetidos às entidades pertinentes. No entanto, os resultados da pesquisa mostram que apesar das diferentes formas de conceber e realizar a Avaliação Institucional, mudanças foram registradas em todos os casos, bem como perspectivas sobre a busca da melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido à sociedade.

Concluindo, procurou-se salientar neste estudo que a maioria das IES estão conscientes da necessidade de se ajustarem às modificações da sociedade, considerando aos eventos Internacionais do momento que são os Tratados de Livre Acesso firmados entre países de regiões vizinhas, o grande evento globalização que força que exista uma equivalência entre os cursos universitários formando especialistas capazes de se adaptarem a realidades diferentes. Neste contexto a Avaliação Internacional tem um papel de extrema importância, na medida em que por meio dela é possível se alcançar os objetivos definidos pelas IES rumo ao novo milênio.

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Augusto Pérez Lindo em sua obra sobre Teoría Y Evaluación De La Educación Superior expressa a seguinte idéia: "O interesse pela avaliação das instituições de educação se estendeu por todo mundo. As razões são diversas: uns buscam racionalizar os escassos recursos, outros buscam melhorar as instituições. Uns querem adaptar-se aos novos contextos, outros querem constituir-se como atores estratégicos. Em todo caso, isto revela que nossos instrumentos para conhecer e controlar os processos educativos são muito escassos", LINDO (1993).

O escasso consenso da opinião pública em relação à pertinência do ensino superior em alguns países principalmente na utilização dos recursos financeiros gerou a necessidade de mudança, que é defendida tanto pelos organismos governamentais como internacionais.

Assim torna-se necessário repensar e avaliar as IES pois há muito que ser corrigido e melhorado. As universidades precisam se modificar e se adaptar, ao novo contexto político sócio econômico. Negar a esta realidade poderá ser não só nefasta, bem como colocaria a academia num papel injustificável em relação à verdade e ao tempo.

Buscando cumprir o que foi proposto para este estudo demonstrou -se que a questão da avaliação institucional de IES está presente na consciência de todas as comunidades acadêmicas do mundo. Isto foi possível verificar através da literatura disponível, e nos depoimentos fornecidos pelos respondentes do questionário proposto para a pesquisa.

Os objetivos e os propósitos da avaliação institucional são variados e têm sempre a ver com a realidade vivida dentro das instituições bem como a sociedade a quem servem. Desde a utilização eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, até a promoção de altos padrões de qualidade do ensino superior, os programas de avaliação institucional implantados servem como diagnósticos do nível do ensino oferecido, e adaptação ao contexto atual das sociedades rumo ao século XXI.

Embora o processo avaliativo esteja enculturado na maioria dos sistemas de educação superior, encontram-se momentos de certa resistência dentro das IES, o que revela que um entendimento profundo do que se pretende com a avaliação se faz necessário no contexto das IES. Neste sentido torna-se importante o

entendimento da avaliação como um instrumento de apoio para o alcance da melhoria da qualidade do ensino oferecido à sociedade, considerando a pertinência dos programas em curso dentro das IES, e não como um instrumento punitivo ou até um processo que não causa nenhum efeito.

Ao longo do estudo, bem como pela literatura verificou-se que para os diferentes objetivos do processo avaliativo, estabelecem-se também diferentes modelos de avaliação institucional alguns baseados em teorias administrativas utilizadas no passado (Teorias de Taylor), e outros de acordo com os sistemas políticos de cada realidade. Neste âmbito existem modelos definidos por instituições externas às IES como o caso do Reino Unido onde a avaliação é realizada por uma agência (AAQ), que em conjunto com as IES realiza o processo de avaliação, definindo os padrões e níveis de qualidade do ensino oferecido.

O modelo instituído na Argentina da responsabilidade do Ministério de Educação é realizado pela CONEAU, entidade cujos membros possuem uma hierarquia acadêmica e científica reconhecida, e com experiência em administração universitária.

No Brasil o modelo seguido muito semelhante ao modelo argentino, na medida em que o processo se encontra sob responsabilidade do MEC, que criou o PAIUB, no qual se inspiram todos os programas de Avaliação Institucional das Universidades brasileiras.

Nos EUA a avaliação é realizada igualmente por agências, embora os fundos destinados à condução do processo sejam providenciados pelas próprias instituições. As IES nos EUA possuem uma certa autonomia na realização de suas avaliações, embora também tenham de respeitar as demandas da sociedade na qual elas se inserem.

Os modelos implantados nos países em que o estudo foi realizado, apresentam dois momentos de avaliação, sendo a avaliação interna e a avaliação externa. O processo de avaliação interna, constitui o momento de reflexão profunda dos programas desenvolvidos pelas IES realizada pelos membros das instituições, e cujos resultados são apresentados na forma de relatórios submetidos às comissões de avaliação externa. A avaliação externa, constituída por membros externos as IES, sendo eles de origem acadêmica, ou de outros setores, e em certos casos de outros países. Este momento conta ainda com a realização da chamada avaliação por pares, isto é, membros de instituições diferentes mas de áreas correspondentes.

Em alguns casos destacam-se mais os processos de avaliação interna, como é o caso dos EUA, em que este processo ganhou uma alta credibilidade junto as autoridades americanas, e contribuiu para a instituição da autonomia (EL-Khawas, 1995).

Salienta-se no processo de avaliação Institucional que em alguns casos como pro exemplo no Brasil algumas IES iniciaram por avaliar os Cursos de Graduação, seguindo posteriormente numa fase diferente a Avaliação à Pesquisa, Extensão e Gestão. Ainda no contexto brasileiro, embora o processo avaliativo se faça sentir importante no seio das Comunidades Acadêmicas, a busca da chamada autonomia ainda não foi alcançada, sendo esta ainda uma questão que tem levantado fortes debates nos momentos atuais.

Considerando a rápida e permanente evolução das tecnologias de informação, bem como o forte intercâmbio entre as diferentes realidades no mundo, o processo avaliativo precisa ser uma prática permanente para permitir as IES um acompanhamento e ajuste permanente de seus programas como forma de manterem atualizadas ao contexto em que estão inseridas.

No contexto de um mundo complexo e em mudanças, avaliar as IES significa criar melhores condições para que haja um aproveitamento eficiente dos recursos e a contribuição lúcida da utilização do conhecimento a favor da excelência, do capital humano e da sociedade.

A Avaliação Institucional do ensino superior é um processo que pode ser desenvolvido e realizado partindo das mais variadas perspectivas e conseqüentemente utilizando diferentes modelos. Os programas avaliativos podem envolver tanto um olhar interno (auto – avaliação), como também um olhar externo (avaliação externa).

Contudo, independente desse olhar, a avaliação deve ser sempre objeto de avaliação, que origina sempre a uma prática comum em realidades educacionais, diferentes, isto é, uma meta-avaliação.

As Instituições de ensino superior precisam reconhecer os potenciais e as limitações de uma realidade, que constitui um passo importante para que o processo avaliativo possa ser considerado eficaz e eficiente, exato e justo. Dessa forma, torna-se importante conhecer sempre outras realidades avaliativas visando ampliar as capacidades pessoais, bem como institucionais de criar e elaborar um programa de avaliação dessa natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Antônio. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

AVALIAÇÃO do Ensino Superior: Encontro internacional sobre avaliação do ensino superior. Brasília, 1988.

BALDRIDGE, J. Victor et alli. **Estruturación de políticas y liderzgo efectivo en la educacion superior**. México: Noema, 1982.

BALZAN, N.C. e SOBRINHO, J.D. (Orgs.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BARAK, Robert J. and BREIER, E. Breier. **Successful Program Review: a practical guide to evaluating programs in academic settings**. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. 3 ed. São Paulo; Atlas, 1986.

BIELSCHOWSKI, C. E. **Avaliação na Universidade Federal do Rio de Janeiro: a metodologia**. Texto extraído do projeto de avaliação institucional da UFRJ submetido ao PAIUB. 1995.

BELLAVANCE, Michel. **Les politiques gouvernementales: elaboration, gestion et evaluation**. Tradução de Francisco Gabriel Heidemann – UFSC. Montreal, Quebec: Agence d'Arc, 1985.

BRENNEN, John, EL-KHAWAS, Elaine, and SHAH, Tarla. **Peer review and the assessment of higher education quality: na international perspective**. London: Quality Support Centre, Report No.3. London: Open University, 1994.

BRUNNER, José Joaquín: **Educación Superior en América Latina: cambios y desafios**, Santiago de Chile, FEC, 1990.

BÚRIGO, C.C.D.. **Qualidade de Vida no Trabalho: dilemas e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 1997.

COMISSIÓN NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACIÓN
UNIVERSITARIA - **CONEAU** - 2000. Endereço eletrônico:
<http://www.coneau.edu.ar>

COSTA, M.J.J. (Orgs.) **Avaliação Institucional**: desafio da Universidade
diante de um novo século. Universidade Federal do Pará. Belém, 1997.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da Educação**. 7. Ed. Petrópolis, Vozes,
1998.

DRUCKER, Peter, Ferdinand. **Introdução à administração**. São Paulo:
Pioneira, 1984.

DOCKRELL, William B. **Higher Education**: What procedures for evaluation?
UNESCO, Caracas, April 1991.

EL-KHAWAS, Elaine. **Accreditation's Role in Quality Assurance in the
United States**. Paper apresentado na Conferencia sobre avaliação da
qualidade em Educação Superior: Universidade do México, dezembro
de 1997.

EL-KHAWAS, Elaine, e SHAH, Tarla. **Internal review to Assure Quality**:
comparative perspectives on evolving practice. University of California, USA,
1999.

ETZIONI, Amitai. **Análise Corporativa de Organizações Complexas**. São
Paulo, Atlas, 1982.

EWELL, Peter T. "**The role of states and accreditations in shapping
assessment practice**". In Banta, Trudy W. and Associates making a
Difference: outcomes of decade assessment in Higher education. San
Francisco: Jossey-Bass, 1993. pp.339-356.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da
Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FUNDAÇÃO CESGRANRIO. **ANAIS do Simpósio Nacional sobre
Avaliação Educacional**: uma reflexão crítica. Rio de Janeiro, 1994.

HUGGET, Antonio Gago. **Una guía para evaluar la calidad de la educación
superior**. Texto apresentado na IV Conferência Internacional Alfa-Bracara.

UFRGS, Porto Alegre, 1999.

JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades: desafios e perspectivas.** Florianópolis, Papa – Livro, 1996.

KELLS, van Vught. **Perspectives on University self-assessment for Western Europe.** Conferência en el Noveno Forum of the European Association for Institucional Research, Enschede, The netherlands, agosto, 1986.

KOONTZ, O'DONNELL. **Fundamentos da administração.** São Paulo: Pioneira, 1981.

LEITE, D. et alli. **Inovação e avaliação na Universidade: impacto e mudança.** Relatório parcial CNPq. Porto alegre, PPGEdU/FACED, julho de 1998. 203p. mais anexos.

LEVY, Alberto. R. **Competitividade organizacional.** São Paulo: Makron, 1992.

LIKERT, Hensis. **Novos padrões de administração.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

LINDO, Augusto Pérez. **Teoría y evaluación de la educación superior.** Rei S.A Instituto de estudios y acción social: Aique Grupo Editor S.A ,1993.

----- **Políticas del conocimiento: educación superior y universidad.** 1a ed. - Buenos Aires: Biblos, 1998.

----- **A Era das Mutações: cenários filosofias de mudanças no Mundo.** Piracicaba, Unimep, 2000.

LÓPEZ, Carlos José Hernández. **Sistemas de evaluación en enseñanza superior.** Conferência Internacional Alfa-Bracara, UFRGS, Porto Alegre, abril 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO (MEC). **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)**. Brasília, 1994.

MOLLIS, Marcela. **La evaluación de la calidad universitaria en Argentina** In, MOROSINI, Marília Costa (org.). Universidade no Mercosul. São Paulo: Cortez, 1994. 308p. p. 103-122.

----- **El Campo de la Evaluación Universitaria Argentina y los organismos internacionales: entre la autonomía y la heteronomía.** Conferência da Rede Alfa-Bracara, Porto Alegre, UFGRS, abril de 1999.

NEVO, D. **The conceptualization of educational evaluation: na analytical review of the literature.** Review of educational research, 53,117-128, 1983.

----- Quality Agency for Higher education. Handbook for academic review. Southgate House, 1999. United Kingdom.

PROGRAD/CEPAV/UFGRS. **Programa de Avaliação Institucional da UFGRS.PAIUFGRS-Fascículo Prograd nº3.**Porto alegre, UFGRS, março de 1995.

RANDHAL, John. **Annual Report of The Quality Assurance Agency for Higher Education.** Southgate House, Gloucester, United Kingdom, 1998-99.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

RISTOFF, Dilvo I. TRINDADE, Hélió (org.). **A Universidade em ruínas: na república dos professores- Boyer Commission: o modelo americano em debate.** Petrópolis, RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.

RISTOFF, Dilvo. **Avaliação Institucional e o Desafio de uma nova Era.** Avaliação Institucional e o desafio da universidade diante do novo século/ Universidade Federal do Pará. Pró-reitoria de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica, p. p. 66-76, Belém, 1997.

SCRIVEN, Michael; STUFFLEBEAM, Daniel. **Avaliação educacional: perspectivas, procedimentos, alternativas.** Petrópolis, Vozes, 1978.

SCT/RGS. **Sobre o desenvolvimento do Sistema de ensino Superior no Rio Grande do Sul.** (versão preliminar). Porto alegre, SCT?RGS, 1998.

SELLTIZ, et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1965.

SILVA, Clóvis L. Machado da. Eficácia organizacional de universidades: um modelo para teste empírico. *Revista Brasileira de Administração da educação.* Porto Alegre, v.2, n. 2, p. 203-25, 1984.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SOBRINHO, José Dias, BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências.** - São Paulo: Cortez, 1995.

STARK, J. S. e ali. **A Avaliação em instituições de ensino superior:** Universidade de Brasília, 1998.

SCHUSTER, Jack H., LYNN H. Miller, and associates **Governing tomorrow's Campuses: perspectives and agendas.** New York: Macmillan, p. 133-40, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon, DURHAM, Eunice R. **Avaliação do ensino superior.** São Paulo: EDUSP, 1992.

TEDESCO, Juan Carlos, BERTRAND, Luis Albala (org.). **Cidadania e educação: rumo a uma prática significativa.** Campinas, São Paulo: Papirus; Brasília: UNESCO, 1999.

THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY - 2000. Endereço eletrônico: [http:// www.georgewashington.edu](http://www.georgewashington.edu).

TRINDADE, Hélió (org.). **Universidade em ruínas: na república dos Professores.** Petrópolis Rj: Vozes, Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999.

TRIGUEIRO, M.G.S. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: diagnóstico e perspectivas.** 63º Reunião Plenária da CRUB. Fortaleza - Ceará. 1998.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

TUBINO, M.G. **Universidade, qualidade e avaliação.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 1997.

UNIVERSIDAD NACIONAL DEL NORDESTE ARGENTINA -2000. Endereço eletrônico - <http://www.unne.edu.ar>

VROEIJENSTIJN, A. I. **Experiences with External Quality Assessment in the Netherlands: the Dutch model: not a panacea but an interesting model.** Association of Universities in the Netherlands, (VSNU). The Hague, 1995.

VAHL, Teodoro Rogério. **Modelos de Avaliação e Estratégias de Aplicação nas Universidades Brasileiras.** 1992.

----- **O papel da avaliação na gestão universitária.**
Revista da F.I.V.A. Rio de Janeiro. v.2, n.2, p. 26-34, jul./dez., 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VESSURI, Hebe. **La evaluación Académica: enfoques y experiencias.** Documentos Columbus sobre Gestion Universitaria, Volumen 1, CRE-UNESCO, 1993.

YARZÁBAL, Luis. **La Evaluacion Como Estrategia de Cambio de la Educacion Superior.** Seminário sobre Evaluacion. Facultad de Educación: UNICAMP – Campinas-Brasil. 1998.

WESTERHEIJDEN, Don F., BRENNAN, John, MAASSEN, Peter. **Changing Contexts of Quality Assessment: recent trends in West European higher education.** Utrecht, The Netherlands, Lemma - III., 1994.

WESTHOF, Peter J.M. **Internal Quality Assurance in Dutch Universities: an empirical analysis of characteristics and results of self-evaluation.** Quality in

higher education, 1. No. 3, p. 235-48, 1995.

WALBERG, H.J. & HAERTEL G. D. (Eds.), **The international encyclopedia of educational evaluation**. 1990.

WILDE, Judith, SOCKEY, Suzanne. **Evaluation handbook**. EAC West, New Mexico Highlands University, December, 1995.

ZAINKO, M.A S. **A Avaliação Universitária: utopia ou requisito da modernidade**. Educacion Superior Y Sociedad. Vol. 5. n° 1 y 2: 71-85, 1994.